


Unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

PRISCILA DA SILVA FERNANDES

**FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: DESAFIOS DE SER MÃE
SOLO**



ARARAQUARA
2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO SEXUAL**

PRISCILA DA SILVA FERNANDES

**FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: DESAFIOS DE SER MÃE
SOLO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara-SP, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação Sexual.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lourdes M. G. Conde Feitosa.

**ARARAQUARA
2022**

F363f Fernandes, Priscila Silva
 Família Monoparental Feminina : Desafios de ser mãe solo /
 Priscila Silva Fernandes. -- Araraquara, 2022
 53p.

 Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
 Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
 Orientadora: Lourdes Feitosa

 1. Famílias monoparental. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

PRISCILA DA SILVA FERNANDES

FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: DESAFIOS DE SER MÃE SOLO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara-SP, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação Sexual.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lourdes M. G. Conde Feitosa.

Defesa: 21/02/2022

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lourdes M. G. Conde Feitosa
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara-SP e **UNIGRADO** -
Centro Universitário Sagrado Coração - Bauru

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Maria Ivone Marchi-Costa

Membro Titular: Prof.^o Dr. Ulisses Herrera

Membro Suplente: Prof.^o Dr. Ricardo Desidério da Silva

Membro Suplente: Prof.^o Dr. José Anderson Cruz

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara-SP

Dedico este trabalho aos meus pais Alcídio José da Silva (em memória) e, - Rita Maria da Conceição da Silva, que mesmo com pouco estudo mostrou-me a importância da educação. Ao meu marido Walter Vitale Fernandes (em Memória), que sempre me incentivou a busca pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pelo dom da vida, e por sempre me abençoar em toda minha caminhada. Aos meus pais Alcídio José da Silva e Rita Maria da Conceição da Silva, por sempre me apoiarem em minha formação, às minhas irmãs Karina Aparecida da Silva Prado e Eliane da Silva Branco por dividirem comigo toda uma infância de aprendizado. À minha orientadora Lourdes, que me acolheu e me orientou nesse processo de construção e desenvolvimento.

Agradeço a professora doutora Maria Ivone Marchi-Costa e ao professor doutor Ulisses Herrera que participaram da banca de qualificação e fizeram intervenções que muito contribuí no processo final dessa dissertação. Agradeço também, aos professores doutor José Anderson da Cruz e o professor doutor Ricardo Desidério da Silva, que aceitaram fazerem parte como suplente da banca de defesa.

Agradeço ao meu amigo irmão Renan Martins da Conceição Attab, que dividiu comigo esse sonho e os diversos dias de viagens, choros e risadas para assistir às aulas. À minha sogra Celia Regina Vitale, seu marido José Murilo Farinazzo e à minha cunhada Juliana Vitale, por cuidarem do meu filho para que eu pudesse assistir às aulas e dedicar-me à pesquisa e à escrita da dissertação.

Agradeço também à minha diretora Rita de Cássia Corniani e à vice-diretora Sueli Cristina Thomas Stuchi, por estarem sempre ao meu lado, e ao professor Rogério de Mello Godoy, que realizou a construção do layout do produto final.

Agradeço também aos meus colegas de turma e aos professores que me auxiliaram nesse processo de crescimento.

E enfim, agradeço ao meu filho Charles Walter Vitale Fernandes por ensinar-me a ser mãe e possibilitou que eu vivenciasse essa experiência única.

“A menos que modifiquemos à nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.” Albert Einstein

RESUMO

As famílias monoparentais são cada vez mais frequentes no cenário brasileiro e apresentam várias configurações. Podem ser constituídas por mães e filhos, avós e seus netos. As famílias de uma forma geral, podem recompostas de uma segunda união e cada um com seus filhos ou novos filhos. Dentre os vários formatos de família, é expressivo o aumento de famílias compostas pela mãe e filho/s, foco desta pesquisa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), em 2015 o número de mães solo alcançou o montante de 11,6 milhões no Brasil e por “mãe solo” entende-se a não participação do homem quanto à responsabilidade afetiva ou financeira com o filho.

Apesar do número significativo de lares chefiados apenas por mães, a sociedade brasileira não está isenta de preconceitos em relação a elas. Nesta pesquisa, propôs-se estudar as dificuldades destas mulheres em relação aos seguintes quesitos: mãe – filho, mãe – emprego e mãe – relacionamento. O objetivo geral foi compreender como vivenciam a experiência de conduzirem uma família sozinhas; como relacionavam a experiência de serem mães solo com a atividade profissional e seus possíveis relacionamentos amorosos. Procurou-se também refletir sobre os motivos dos olhares negativos em relação a este tipo de família monoparental e transformações importantes a serem realizadas a este respeito. Tendo como produto final a confecção de um jogo de tabuleiro, no formato de trilha o qual é colocado algumas escolhas que mães solas devem realizar em sua rotina.

A pesquisa foi realizada por meio da análise de leis e livros/artigos que discutem a história da família, da mulher, de sua emancipação e estigmas sofridos, bem como pelo exame de um questionário aplicado via *Google Forms* a 13 mulheres de nível superior e renda fixa, do interior do Estado de São Paulo. Considerou-se algumas situações vivenciadas por mães solo em suas várias configurações, como viuvez, abandono, separação ou pela opção em ser mãe solo.

Esta investigação tem relevância pela discussão que propõe a respeito da ideia da sociedade de patologizar a família monoparental corrente no campo social, definida segundo um modelo idealizado de amor e de família e pelo destaque e análise dos principais vivências enfrentados pelo grupo pesquisado de mães solo na criação e educação de seus filhos, de sua conexão com a atividade profissional e à vida amorosa da mãe, devido na amostra pesquisada, de treze mulheres pesquisadas apenas duas relataram ter uma vida amorosa. O intento foi contribuir para ampliar as discussões e conhecimento de aspectos desta realidade e da importância em se rever conceitos e práticas sociais em relação a este tema no Brasil.

Palavras chaves: Família, Monoparentalidade feminina, Mães solo, Brasil.

ABSTRACT

Single-parents families are increasingly common the Brazilian scenario and have several configurations, They consist of the mothers and children, homosexual couples and their children, grandparents and their grandchildren, families composed of a second union and each one with their children or new children. Among, these, there is a significant increase in families composed of the mother and children, the focus of the research. According to the Brazilian Institute of Geographic and Statistics (IBGE, 2019), in the 2015 the number of single mothers reached amount of 11.6 million in Brazil and by “solo mother” is understood the non-participation of the men in terms of responsibility affective, or financial relationship with the child.

Despite the significant number households headed only by mothers, Brazilian society is not exempt from prejudice against them. In this research, it was proposed to map the difficulties of these women in relation to the following questions: mothers -child, mother-job and mother-relationship. The objective was to understand was how they live the experience of leading a family alone; how the equate the experience of being a single mother with their professional activity and their possible love relationship to single-parents families formed by mothers and children and possible paths for social change in relation to this

The research was carried out trough the analysis of laws and books/articles that discuss the history of the family, the woman, her emancipation and stigmas suffered, as well as the examination of the questionnaire applied via Google Forms to middle-class women from the countryside of the State of São Paulo. Some situations experience by single mothers in they various configurations were considered, such as widowhood, abandonment, separation or the option of being a single mother.

This investigation is relevant for discussion it proposes about the idea of the dysfunctionality of the single-parent family current the social field, defined according to an idealized model of love and families and for the highlight and analysis of the main problems faced by the researched group of children and education of their children, their connection to their mother’s professional activity and love live. The intent was to contribute to broadening the discussions and knowledge of aspects of this reality and the importance of reviewing social concepts and practices in relations to this topic in Brazil.

Keywords: Family; Female Monoparenthood; Solo Moms, Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1. Famílias	13
1.1 Breve Histórico da construção dos conceitos de Família	13
1.2 Maternidade	22
CAPTÍULO 2. NÚCLEOS DOMÉSTICOS MONOPARENTAIS	25
CAPÍTULO 3. MULHERES SOLO E O TRABALHO	30
MÉTODOS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é parte da pesquisa desenvolvida no programa de Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista – Unesp/ Campus de Araraquara e tem como foco a premissa de que ser mãe é um desafio que exige modificações e adaptações da mulher a uma nova rotina, tanto na vida profissional quanto na vida pessoal. Esse desafio é ainda maior para mulheres que realizam tal função sozinhas, sem apoio de um companheiro e em um espaço social no qual o modelo idealizado de família é aquele composto por pai, mãe e filhos.

As famílias monoparentais são cada vez mais frequentes no cenário brasileiro e apresentam várias configurações. Podem ser constituídas por mães e filhos, avós e seus netos. As famílias podem ser recompostas de uma segunda união, cada um com seus filhos ou novos filhos, formadas por casais homoafetivos dentre outras. É significativo o aumento de famílias compostas pela mãe e filho/s, foco desta pesquisa. De acordo com pesquisa divulgada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 o número de mães solo alcançou o montante de 11,6 milhões no Brasil. Por “mãe solo” entende-se a não participação do homem quanto à responsabilidade afetiva ou financeira com o filho, (ARPENBRASIL, 2021), dados esses que contrapõem ao modelo da família tradicional.

Borges(2020), considera que é grande, neste início de século XXI, o número de mães que não possuem uma relação conjugal com o pai da criança, e isso ocorre por vários fatores, como maternidade e adoção voluntária, por técnicas reprodutivas, por viuvez, abandono paterno e dificuldades sociais. Sem passar pela experiência do casamento ou dividir o lar com um parceiro, muitas mulheres optam por serem mães solas por meio da reprodução assistida ou adoção por inúmeros motivos, rompendo com o modelo de família padrão.

Entretanto, isso não configura uma sociedade brasileira isenta de preconceitos em relação à monoparentalidade. Ainda nos deparamos com julgamentos em relação às atitudes das mulheres, como sua liberdade sexual, suas escolhas, a culpa que a sociedade lhe atribui em caso de abuso sexual, sem reconhecê-la como vítima, mas como aquela que propiciou ou facilitou a ação do agressor. Bordieu (2015) enfatiza que a representação da vagina nos documentos médicos da Idade Média como um falo invertido e exemplifica que as diferenças masculinas e femininas são historicamente consideradas opostas, sendo homens e mulheres duas variantes, uma superior e outra inferior, o masculino o positivo, o direito, e o feminino o negativo e avesso de modo que os corpos femininos pudessem ser dominados pelo masculino. Não que esta ideia seja aceita como outrora, mas são perceptíveis as desigualdades de gênero.

Atualmente, nota-se preconceitos em relação a mães solo, com frequência denominadas por muitos como mães solteiras, como se a maternidade fosse ou estivesse relacionada ao seu estado civil. Tal termo, mãe solteira, possui um resquício do machismo e da sociedade patriarcal presente no século XX, período em que os direitos da mulher estavam submetidos à vontade do marido (Borges, 2020). Também é usual mulheres receberem os menores salários, além de terem acesso limitado aos cargos de chefia e às boas condições de qualificação profissional (Guimarães, 2010).

Em um mundo onde a mulher conquistou seu espaço, ela ainda é cobrada, desvalorizada e estigmatizada se não se encaixar a determinados padrões exigidos dela desde a infância, pois é como se já começasse a vida com saldo devedor ao nascer mulher. Sempre necessita provar algo, que é inteligente, que é competente, que pode sim jogar futebol igual aos meninos, que possui os mesmos direitos que os garotos da sala e que é capaz de fazer suas escolhas exatamente como o colega do sexo oposto.

Ainda se observa que mulheres consideradas livres são aquelas que realizam e estão em conformidade com os modelos apresentados pelos meios de comunicação, nos quais a construção do feminino é estruturada por padrões publicitários que são vistos pelo olhar masculino e balizados por seu crivo para que as mulheres realizem o que desejam (Del Priore, 2013). A liberdade feminina acaba sendo limitada, como se fosse algo dado pela sociedade e que elas podem ir somente até o ponto que lhes é permitido, o que não existe no universo masculino, no qual tudo é autorizado. Mesmo conquistando muitos espaços, ainda é esperado das mulheres atitudes predeterminadas pelos padrões que há anos são repetidos.

O número de mães solas aumentou no decorrer do século XXI (Abrahão, 2003), por isso não é compreensível que a situação dessas mulheres seja ainda motivo de atitudes que as colocam na marginalidade dos olhares, o que não ocorre com o progenitor. Muitos destes não podem ser chamados de “pais” pois, de fato, não exercem tal papel, porém, é comum as pessoas não terem a mesma conduta julgadora para com eles; muitas vezes supervalorizam-se atitudes masculinas que deveriam ser de seu cotidiano, como são para o feminino.

A motivação para a realização dessa investigação é devido a pesquisadora ser mãe solo decorrente de viuvez e do desejo em saber os desafios enfrentados por outras mulheres que conduzem seus lares sozinhas, sendo chefes de família e responsáveis por proverem o sustento, a educação escolar e emocional de seus filhos.

O propósito foi compreender como viviam a experiência de conduzirem uma família sozinhas; como relacionavam a experiência de serem mães solo com a atividade profissional e seus possíveis relacionamentos amorosos. Procurou-se também refletir sobre os motivos dos

olhares negativos em relação a este tipo de família monoparental e transformações importantes a serem realizadas a este respeito. O dispositivo metodológico é de caráter qualitativo, realizado por meio da análise de leis e livros/artigos que discutem a história da família e da mulher, sua emancipação e estigmas que mães solas ainda sofrem no século atual por desempenharem tal papel, bem como pela análise de um questionário aplicado a mulheres que possuem perfil de mães solo. Participaram 13 mulheres que possuem ensino superior completo e uma renda fixa, de maneira que é um pequeno grupo constituído de moradoras do interior e do litoral paulista, em específico de Catanduva e da região da baixada santista, localidades onde a pesquisadora vive/viveu e trabalha/trabalhou. Portanto, o foco desta pesquisa é sobre esta realidade e não da maioria das mães solo brasileiras.

O questionário foi composto de doze perguntas, disponibilizado por meio do Facebook, no perfil da pesquisadora, e respondido por mulheres que tinham a prática de tal vivência e que se sentiram à vontade para participar da pesquisa. Anterior à sua postagem na rede social, tal questionário foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Unesp, via Plataforma Brasil.

As questões disponibilizadas continham indagações como: Qual sua idade? Qual seu nível de instrução? Por ser mãe solo, como você faz sua autoridade ser respeitada? Por ser mãe solo e que realiza todas as atividades sozinha, como ocorrem os momentos de carinho e afeto com seu filho? Qual o sentimento que você tem em relação ao seu filho na questão da ausência do pai? Por ser mãe solo, você sente algum impacto em sua vida profissional? Qual sua postura quando existe a possibilidade de promoção ou mudança de emprego em que será cobrado mais tempo de sua presença no ambiente de trabalho? Quando precisa se ausentar do serviço, qual é a posição de seu superior? Você tem alguma rede de apoio (mãe, amiga, irmã, vizinha) que a auxilie no cuidado com seu filho no momento do trabalho? Você possui uma vida afetiva com um (a) companheiro(a)? Em caso positivo à resposta anterior, sente algum bloqueio dos homens/ mulheres com os/as quais já se relacionou em relação ao seu filho, em relação ao tempo dispensado à maternidade?

Ainda se observa que mulheres consideradas livres são aquelas que realizam e estão em conformidade com os modelos apresentados pelos meios de comunicação, nos quais a construção do feminino é estruturada por padrões publicitários que são vistos pelo olhar masculino e balizados por seu crivo para que as mulheres realizem o que desejam (Del Priore, 2013). A liberdade feminina acaba sendo limitada, como se fosse algo dado pela sociedade e que elas podem ir somente até o ponto que lhes é permitido, o que não existe no universo masculino, no qual tudo é autorizado. Mesmo conquistando muitos espaços, ainda são esperadas das mulheres atitudes predeterminadas pelos padrões que há anos são repetidos.

A partir destas considerações, o objetivo geral desta pesquisa é conhecer as dificuldades de mulheres solas em criarem e educarem seus filhos em relação aos seguintes quesitos: mãe – filho, mãe – emprego e mãe – relacionamento. O objetivo específico é compreender

como elas vivenciam a experiência de conduzirem uma família sozinhas, de como equacionam a experiência de serem mães solo com a atividade profissional e seus possíveis relacionamentos amorosos. A vida afetiva da mulher pós-maternidade pode ser modificada devido à nova função que desempenha e, nos casos analisados nesta pesquisa, das treze entrevistadas, duas delas possuem vida afetiva, sendo a que maioria não têm um parceiro.

Esta investigação tem relevância pela discussão que propõe a respeito da ideia de uma disfuncionalidade da família monoparental corrente no campo social, definida segundo um modelo idealizado de amor e de família; pelo destaque e análise dos principais problemas enfrentados pelo grupo pesquisado de mães solo na criação e educação de seus filhos e de sua conexão com a atividade profissional e a vida amorosa da mãe. Enfim, contribui por trazer para discussão e conhecimento aspectos desta realidade e da importância em se rever conceitos e práticas sociais.

CAPÍTULO 1. Famílias

1.1 Breve Histórico

É possível constatar que há várias denominações para o conceito família, podendo ser utilizado até nos campos da Biologia e da Química. No entanto, quando ouvimos a palavra família, já somos remetidos a uma ideia presente no imaginário brasileiro, que desde muito cedo foi cunhada em nossa mente, de um modelo ideal ou padrão a ser seguido, o da família tradicional: pai, mãe e filhos, modelo a ser seguido e adotado como o legítimo.

Família, substantivo feminino que é definido no Dicionário Online de Português

(www.dicio.com.br) como:

Grupo das pessoas que compartilham a mesma casa, especialmente os pais, filhos, irmãos etc.

Pessoas que possuem relação de parentesco.

Pessoas cujas relações foram estabelecidas pelo casamento, por filiação ou pelo processo de adoção.

Grupo de pessoas que compartilham os mesmos antepassados.

[Figurado] Grupo de indivíduos ligados por hábitos, costumes, comportamentos ou interesses oriundos de um mesmo local.

Grupo de indivíduos com qualidades ou particularidades semelhantes.

[Biologia] Uma das categorizações científicas dos organismos vegetais, animais ou minerais, composta por inúmeros gêneros que compartilham características semelhantes: a violeta é da família das violáceas.

[Gráficas] Reunião de tipos em que o desenho demonstra qualidades básicas iguais.

[Química] Localização dos elementos que compõem as colunas, sendo reunidos pela semelhança de suas propriedades; grupo. (Dicionário português online).

No entanto, ao longo da história a família passou por muitas transformações. A partir do pressuposto de que todos possuem uma família e de que ela é a instituição mais antiga da organização humana, já foi valorizada por muitos e temida por outros, sobreviveu ao controle que a igreja Católica quis exercer sobre ela, bem como aos movimentos anarquistas que em 1968 estabeleceram sua morte (Del Priore, 2017).

Sendo assim, a família resistiu a grandes transformações, mas não é a mesma que existiu na Antiguidade, período no qual criados e aparentados também eram considerados membros da família. Já na Idade Média, a família era composta por um grupo bem menor, constituído apenas pelo casal e seus filhos. A família nuclear, constituída por pai, mãe e filhos, surgiu ao mesmo tempo que a burguesia, no século XVIII, e foi idealizada tendo como característica o amor matrimonial. Considerava a importância da união para benefício do conforto dos filhos, um maior reconhecimento da maternidade e as diferenças bem distintas entre homens e mulheres (Cúnico, Arpini, 2014).

Apenas nesse momento a família aparece recolhida em um espaço privado, antes disso as pessoas estavam inseridas no espaço público. Pessoas de uma mesma família transitavam entre si, do mesmo jeito que com outros indivíduos da sociedade e não havia separação das trocas de carinho afetivo entre as pessoas da família e os demais da comunidade. Além disso, as relações conjugais ocorriam em ambientes abertos, sem a percepção de privacidade que é corrente em nossos dias, e foi somente quando as pessoas de uma mesma família de laços biológicos adentraram em um ambiente delimitado e fechado denominado casa é que começou a existir uma maior privacidade, diferenciando-se do ambiente público (Passos, 2009). Desse modo, a família conhecida hoje como tradicional surgiu do momento em que as pessoas restringiram sua vida ao espaço privado e à convivência apenas do casal e seus filhos.

Ao longo da história, um modelo muito presente no formato da família é a estrutura patriarcal. Essa era centrada na figura paterna que detinha todo o poder de decisão, sendo ela provedora do sustento do lar e que decidiria o direcionamento dos seus membros. O papel da mulher era fundamental, porém colocado em segundo plano. Ela era a procriadora, o indivíduo frágil da família, encerrada dentro do lar, que não deveria ter autoestima e nem ser crítica (Guimarães, p.37, 2010). Ao sair para o mundo do trabalho, rompeu-se com a tradição do homem provedor e dominador, o que fez com que alguns homens reagissem mal à ascensão profissional feminina, pois a mulher se tornou uma pessoa que começou a falar sobre suas vontades, colocar suas ideias e romper com os padrões impostos pela sociedade moldada nos padrões machistas do patriarcado.

De acordo com Giddens (2010, p.63), “a “família tradicional” era uma unidade econômica na qual os nobres e aristocráticos tinham no casamento a transferência de propriedades. Entretanto, a família não cabe mais nesse modelo de constituição de agrupamento de pessoas, ainda que muitas religiões e políticos o defendam, pois vem sofrendo alterações. E segundo Marchi-Costa e Macedo (2020 p.99), “o conceito de parentalidade vem sendo cada vez mais utilizado na contemporaneidade, sobretudo nos estudos de família, para se referir ao campo dos cuidados parentais e às interações entre pais e filhos”.

A parentalidade é carregada de várias influências, como a cultura, a história e também as histórias vivenciadas pelos indivíduos que constituem o casal, desde a infância de ambos; portanto a parentalidade é exercida pelos seus membros com marcas da cultura em que a família se encontra inserida e das experiências positivas ou negativas vividas pelos adultos presentes nessa instituição, ou seja, cada família é única, pois nela são refletidas as vivências que os adultos aí inseridos trazem para ela (Marchi-Costa, Macedo, 2020)

O modelo tradicional de família afetou a vida de homens e mulheres. A mulher foi considerada frágil e vulnerável, sem capacidade intelectual, e responsável pelos cuidados dos filhos, do lar e da vida familiar. Já o homem era considerado forte, incumbido pela renda do lar e pelo controle dos princípios da família. (Cúnico, Arpeni, 2014). Além deste tipo de configuração, também se observa na sociedade brasileira, segundo Guimarães, “as famílias ampliadas, em que, além do pai, mãe e filhos, outros parentes as integram, geralmente avós, netos, cunhados (irmão de um dos membros do casal (2010, p. 37).

Devido à longa história da família e suas concepções, vários tipos e formatos surgiram nas mais diversas culturas e sociedades. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, edição de 2017-2018, o conceito de família refere-se àquelas pessoas ligadas por laços de parentesco, normas de convivência ou dependência doméstica.

A família nuclear atual divide espaço com diversas formas de família, como famílias monoparentais, homoafetivas e recompostas (Cúnico, Arpeni, 2014). As famílias também são estruturadas de forma tradicional ou de forma flexível. No entanto, a palavra família abrange um novo conceito em sua formação que se deve às diversas transformações que ela veio sofrendo em seu significado ao longo dos tempos.

Porém, muitos ainda são resistentes a tais mudanças por estarem focados nos modelos e padrões tradicionais. Para Mary Del Priori, a família é o lugar no qual os valores tradicionais ou as rupturas acontecem, sendo as mulheres as grandes gestoras destas transformações, ou transmissoras de velhos preconceitos e estigmas. “O machismo é um deles. Talvez o pior...”, enfatiza a autora (Del Priore, 2013, p.10). Também Abrahão destaca a presença corrente de aspectos do patriarcado na organização histórica das famílias brasileiras:

A família moderna, então, se manteve patriarcal, monogâmica e matrimonial, uma vez que só era reconhecida como família e, portanto, só tinha a proteção e regulamentação do Estado, a advinda do casamento. Marginalizados se mantinham todos os agrupamentos de pessoas que, apesar de ligados por vínculos afetivos e objetivarem uma vida em comum, fugissem a essa regra (ABRAHÃO, 2003, p.16).

Se não houver reflexão crítica em relação às configurações de gênero no espaço familiar, acaba sendo comum os filhos serem educados em uma configuração na qual o homem tem maior poder e a responsabilidade familiar continua como apenas como atribuição feminina. Assim sendo, o discurso desse modelo perpetua o da educação preconceituosa moldada em rótulos. Muitas vezes o machismo está tão impregnado na sociedade que pais e mães transmitem essa ideia sem perceberem e falham na missão de realizar uma educação moldada no respeito e

na igualdade de gênero. Esse modelo é identificado mesmo com toda a mudança e a quantidade de famílias tendo como provedora a figura feminina, pois o modelo do patriarcado coloca o homem como detentor de todos os direitos, e a mulher, mesmo com suas conquistas, como menos capaz e inferior, tendo seus atos julgados e seus salários menores quando comparados aos de seus colegas do sexo masculino. Existe, portanto, na atualidade, mulheres que são provedoras, e seus maridos, não realizam suas funções, sendo quase um filho para essa mulher. Não consegue cumprir o papel tradicional, e tampouco o modelo moderno do pai participativo que está emanando na sociedade.

Entretanto, a Constituição Federal de 1988 respalda os novos modelos de família em seu artigo 226:

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1º O casamento é civil e gratuito a celebração. § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 2016, p. 68).

Observa-se que na lei existe o reconhecimento dos diversos tipos de família e que se fundamentam no respeito das escolhas que cada indivíduo faz para estruturar e compor a sua. Muitos não mais seguem o modelo tradicional, pois optaram pela realização de seus desejos e vontades ao invés de se submeterem às ideologias impostas pela sociedade que são representadas através de um padrão tradicional.

Várias modificações estão ocorrendo na organização familiar no que se diz respeito à sua composição e funcionamento e existe uma busca para a legitimidade por parte de todos que compõem esses novos modelos de família. Na atualidade, além das famílias nucleares, há também várias outras composições familiares, como as recompostas, as homoparentais, as monoparentais por opção, ou não (Arrais, Gomes, Campos, 2019). Priori ainda completa destacando que a atual composição familiar pode ser monoparental ou recomposta, integrada por casais mistos casados, não casados, homossexuais, e com a presença de filhos de “vários leitos, adotados e “fabricados”, filhos cuja parentela biológica não corresponde, nem remotamente, à parentela doméstica. A Constituição de 1988 a resumiu: é a união estável entre homem e mulher ou qualquer um dos pais e seus descendentes” (2017, p.10).

Giddens (2005) menciona que o recasamento é uma nova chance que as pessoas encontram quando não se realizam no casamento e optam pelo divórcio. Por exemplo, casais que não tiveram filhos em uma primeira união, fazem alianças com cônjuges com filhos em uma segunda união, constituindo uma nova família. Também se identificam formações de novas

famílias já na idade madura, em que seus filhos se encontram na fase adulta e não mais habitam o mesmo lar.

O número de casais que habitam o mesmo lar sem estarem legalmente casados está aumentando (IBGE, 2019). Tais casais optam por morarem juntos tendo relacionamentos duradouros, tendo filhos e os criando. Entretanto, de acordo com Giddens (2005), tal tipo de união é três vezes mais suscetível a uma separação do que casais unidos legalmente, pois acabam tendo um relacionamento mais estável e sólido. No entanto, Giddens também relata que casais mais novos que não estão ligados pelo casamento, apenas coabitando por escolha de ambos, possuem mais coisas em comum um com o outro do que seus pais ou outros casais mais velhos que estão em um casamento oficial e possuem um olhar estático.

As novas organizações familiares estão estruturadas por laços afetivos, de modo que podem ou não ser constituídas pela parentalidade, existindo inúmeras formas de se entender o termo família, cujos moldes não estavam dentro dos padrões aceitos socialmente, eram marginalizados e não eram entendidos por família (Marchi-Costa, Macedo, 2020).

Neste formato atual da constituição da família unida por laços de afetos, as pessoas escolhem por estarem juntas pelas semelhanças e afetos, sendo um relacionamento mais dinâmico, com trocas e conversas, e muito mais frequentes do que ocorriam há algumas décadas.

A família é onde acredita-se que o indivíduo pode encontrar segurança emocional e material, é nela que as pessoas vivenciam as primeiras emoções dos relacionamentos interpessoais. As lembranças vivenciadas nesse ambiente são capazes de ocasionar memórias positivas como também recordações que lhes causem sentimentos de frustração, medo e desespero. A violência familiar é algo que geralmente ocorre devido aos homens educados em um formato machista não possuírem habilidades emocionais para conviver com mulheres independentes, que não se diminuem e não aceitam as imposições a elas colocadas. O machismo estruturado no patriarcado coloca a mulher em posição de ser inferior e incapaz e os homens criados nesse modelo, quando encontram uma mulher independente, tentam diminuí-la nem que para isso seja necessário usar a força.

Entende-se que o machismo é algo nocivo para ambos os gêneros, pois homens também sofrem com o machismo desde criança, ouvindo que homem não chora, que deve namorar várias moças, que deve ser forte. Homens que recebem esse tipo de educação, muitas vezes são obrigados a reprimir suas emoções, não falar de seus sentimentos, tornando pessoas agressivas e violentas quando as situações não estão em seu controle. Mulheres que muitas vezes reclamam do machismo, sem perceber acabam educando seus filhos de maneira machista, replicando

modelos impostos pela sociedade de homem agressivo e violento, tal modelo também acaba sendo reforçado no ambiente escolar, utilizando falas e modelos tradicionais, como cor de menino e cor de menina, esporte e brincadeira de menino e menina.

Para Giddens (2005, p.167), a violência familiar acontece primeiramente com os filhos mais novos, sendo os menores de dez anos os principais alvos, por esses serem mais vulneráveis, sendo muitas vezes motivos de mulheres quererem vivenciar uma vida apenas com seu filho, sem um parceiro conjugal. “A casa, para algumas mulheres, pode ser considerada muito mais perigosa do que caminhar em uma noite escura sozinha”. Entende-se aqui que estar sozinha em uma noite escura, ou até mesmo entre pessoas desconhecidas, muitas vezes é mais seguro do que em seu lar, com uma pessoa que conhece e escolheu conviver. A violência contra a mulher sempre existiu, no entanto, ganhou uma maior atenção em 1970 por ações das feministas, pois, até tal momento, a violência contra a mulher e o abuso infantil eram negligenciados e não eram considerados crime. Entretanto, “Em anos recentes, críticos conservadores alegaram que a violência na família não tem a ver com o poder masculino patriarcal, como sustentam as feministas, mas sim com famílias disfuncionais” (Giddens, 2005, p. 167).

Tal fala retira toda a responsabilidade da violência doméstica de uma educação baseada no machismo e no poder patriarcal, pois muitas dessas disfunções são ocasionadas pelo machismo, novas formas de formação familiar com o foco no afeto e nas relações ocorreram e substituíram aquela sacramentada em considerações divinas (Simões, Hashimoto, 2012, p.3).

Giddens (2005) analisa o surgimento de uma variedade de formação familiar como também do núcleo do lar. A intenção do casamento não ocorre com tanto empenho como em momentos anteriores, de modo que quando este se efetiva é de maneira tardia. Existe também uma quantidade maior de divórcios, constituindo a formação de uma nova “família”, as monoparentais, que são compostas por um dos genitores, na maioria dos casos a mãe. As famílias também são reformuladas a partir de novos casamentos; nesse caso, ambos podem não ter filhos ou trazer para a nova relação filhos de relacionamentos anteriores, construindo um termo mais amplo de família, as recasadas, ou reconstituídas. Tem se tornado comum pessoas coabitarem antes do matrimônio, muitas vezes escolhendo essa opção sem querer realizar o casamento convencional. Tudo isso mostra que a instituição familiar passa por constantes transformações. Continua tendo sua importância social, mas não é mais a mesma que existiu no tempo de nossos pais e avós.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,) de 2019, evidenciam cada vez menos casamentos, tendo uma queda 2,7% referente ao ano anterior. Del Priore já

indicava essa queda, dando créditos a essa diminuição do matrimônio formal a vários fatores, como a uma menor sensibilidade às questões tradicionais e religiosas em que a família foi desenhada anos atrás e que sofreu uma ruptura devido ao casamento não ter resistido a todas as mudanças ocorridas na sociedade (Del Priore, 2014).

Maria Guimarães (2010) estuda a trajetória feminina de séculos de opressão e da submissão do feminino pelo masculino, mas que nos últimos momentos do século XX fizeram com que as mulheres partissem com entusiasmo para o trabalho e a vida profissional, tendo como foco principal sua realização no trabalho. As mulheres adotaram um padrão que já existia e que fora cunhado pelos indivíduos masculinos, que até o momento eram dominantes no quesito trabalho. Elas começaram a cumprir longas jornadas de trabalho, frequentar jantares e reuniões, o que ocasionaram um certo desequilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional, principalmente pela mulher ainda se sobrecarregar com o trabalho da casa e com os filhos.

As mudanças ocorridas no último século em relação ao papel social da mulher, o movimento feminista e o aparecimento da pílula anticoncepcional romperam a relação entre sexualidade e procriação. A emancipação feminina e os avanços científicos e tecnológicos, como a invenção de eletrodomésticos que agilizam a vida no lar, colaboraram para essa mudança nas relações familiares (Arrais, Gomes, Campos, 2019).

Após a revolução sexual, com o advento da pílula anticoncepcional, as mulheres têm se destacado cada vez mais no mercado de trabalho e conquistado espaço na sociedade. Todo processo realizado pelas feministas no início da década de 1960 serviu como demonstrativo para que mulheres assumissem o compromisso de gerenciar a administração da casa, do trabalho e dos estudos, para assim conquistar sua independência e a autonomia de chefiar a sua família. A condição de ser mãe e solteira no Brasil vem aumentando e, conseqüentemente, diminuindo significativamente o modelo de família centrado no controle pelo homem (GUIMARÃES, 2010, p. 37).

É cada vez mais perceptível elas não fiquem à sombra dos maridos como aquelas que dão apoio e auxiliam, como demonstrado em um antigo ditado popular “atrás de um grande homem tem sempre uma grande mulher”. Elas começaram a mostrar que a sua grandeza não era apenas como auxiliadora da vida profissional do marido, mas que ela mesma podia construir sua carreira e realizar suas escolhas. A desconstrução do mito do amor materno, que se faz muito presente em nossa sociedade, tem lhe possibilitado escolher ou não a maternidade. No entanto, os papéis sociais dentro da família ainda são carregados de tradições antigas e, ainda que tais tradições sejam obsoletas, algumas obrigatoriedades são marcadas por elas (Arrais, Gomes, Campos, 2019). Devido a isso as mulheres sentem-se culpadas e sobrecarregam.

Como dito, em dias atuais não existe um modelo de família, mas várias formas de compô-la, ou seja, a característica mais marcante se faz presente nas modificações do conceito de casamento e família (Giddens, 2005, p.15). Este conceito passa a ser mais humanizado e a atender a todos os grupos de pessoas que moram juntas e tenham uma relação de afeto, pois “a família tradicional está ameaçada, está mudando, e vai mudar muito mais” (Giddens, 2010, p. 16). Aspecto também realçado por Arrais, Gomes, Campos ao analisarem a diversificação familiar tanto em sua forma de composição como no modo de seu funcionamento. Ainda, os autores nos chamam a atenção para os frequentes movimentos de busca de legitimidade por parte daqueles que compõem esses modelos emergentes (2019, p.2).

A reivindicação por mudanças na distribuição das responsabilidades no lar estimulou, inclusive, mudanças na legislação. O Código Civil de 2002, em seu artigo 1.567, reza que: “A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos”. Aqui ambas as pessoas adultas envolvidas em uma família têm os mesmos deveres e direitos de opinar e decidir, optando pelo que for melhor para todos os membros da instituição.

Entretanto, é o expressivo crescimento de famílias composta pelas crianças e a mãe e sob a responsabilidade desta (Marin, Piccini, 2009), situação que acaba se refletindo também na legislação, como visto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, inciso IV, que define família como aquela constituída por um dos pais e seus filhos, sendo muito presente agora a representatividade das famílias monoparentais. Este tema da família monoparental será discutido no capítulo 2.

As leis continuaram a acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, como no artigo 1723 do Código Civil de 2002, que afirma: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”, sendo reconhecida a união estável como família e as pessoas que a compõem com os mesmos direitos e deveres que os casais que contraem o casamento nos modelos mais tradicionais.

Ainda a respeito dos direitos e deveres, o artigo 1579 do Código Civil afirma que: “O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos”, tendo ambos os pais direitos e deveres sobre seus filhos e devem zelar pela saúde física, mental e emocional de seus descendentes. Mesmo não existindo uma lei para o casamento para relações homoafetivas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução em 2013 pela qual essas pessoas podem se casar ou converter a união estável em casamento:

As mudanças na configuração familiar que vêm ocorrendo nas sociedades ocidentais, em especial aquelas que deixam a família a cargo de um só progenitor, constituem um significativo, reordenamento do sistema familiar. Constata-se um número cada vez maior de famílias uniparentais, que têm na maioria dos casos, a mãe como progenitor responsável. (MARIN, DONELLI, LOPES, PICCININI, 2009, p.2).

Sendo um desafio atual, a guarda compartilhada, a qual ambos os pais são corresponsáveis pela educação, formação, e cuidado do filho de modo, que os dois possuem os mesmos deveres e direito de decidir sobre a vida da criança, existindo até uma lei denominada alienação parental, a qual proíbe falas de ambos os pais de falas pejorativas em relação ao outro.

No entanto, com todas as mudanças ocorridas na sociedade e dentro do ambiente doméstico, a imagem feminina ainda está diretamente relacionada a ser mãe. Mesmo com todas as modificações ocorridas, as mulheres são cobradas a gerarem filhos, sendo sua opção de simplesmente não ter filhos como algo absurdo, considerada pela sociedade uma pessoa fora dos padrões que ela deveria seguir, tema tratado a seguir.

1.2 A Maternidade

Ao longo da história, a função da mulher foi de gerar filhos e considerada por muitos, homens e mulheres, como única forma de realização feminina, juntamente com a responsabilidade do cuidado do lar e de todos os membros da família. Com as novas constituições de família, a sociedade ainda cobra dos corpos femininos a maternidade, pois ainda é considerada como algo naturalizado, próprio das mulheres, por isso ainda há um grande estranhamento em relação às mulheres que optaram por não exercerem a maternidade, como se fossem incompletas e infelizes por tal motivo. Segundo Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi, Siqueira: “Historicamente a maternidade foi representada como ideal máximo da mulher e como elemento agregador necessário para sobrevivência da família. A maternidade e o cuidado com o lar são, ainda hoje, valorizados socialmente como funções femininas inerentes à mulher” (2017, p.2).

Existe um modelo estereotipado de ser mãe, como se a maternidade fosse algo inerente ao corpo feminino, é mulher, logo deve ser mãe, chegar à plenitude de sua realização como ser humano. Isso mostra que o padrão de comportamento e conduta já estabelecidos pelo patriarcado ainda se perpetua em nossa sociedade, independente do gênero, idade e grau de instrução.

O modelo do patriarcado faz com que meninas desde pequenas tenham uma educação pautada em estereótipos que devem seguir para se tornarem mulheres consideradas corretas e respeitadas. Para Grisci:

O que ocorre é que na infância, tendem a se estruturar bases sólidas de construção e diferenciação de gênero a serem reforçadas no decorrer da vida. A partir da infância nota-se que as intervenções se mostram mais sutis, mas nem por isso menos acirradas, em nível de cobranças quanto a execução desses papéis (GRISCI, 1995, p.3).

As mulheres são criadas e condicionadas desde pequenas a seguirem os padrões impostos pela sociedade, mesmo antes de seu nascimento suas condutas já estão preestabelecidas, ou seja, existe uma expectativa para que ela haja conforme tais condutas. A autora enfatiza como as memórias da infância reportadas pelas mulheres-mãe lembram as brincadeiras de bonecas, os cuidados dos/as irmãos/ãs e de outras crianças, segundo as suas condições econômicas. Marcas que carregam para desempenhar o futuro papel de mãe (Grisci,1995, p.3). No entanto, mesmo com a naturalização da maternidade, atualmente

mulheres podem decidirem em não serem mães, mesmo que essa escolha seja vista como algo sobrenatural.

As próprias brincadeiras direcionadas para as meninas são imitações da mulher mãe, pois, ao cuidarem das bonecas como filhas, reproduzem o cuidado que as mães têm com seus filhos, vislumbrando esse modelo como auge de conquista da vida adulta. A naturalização da maternidade dá o entendimento de que os cuidados com os filhos parecem ser uma atribuição do gênero feminino, e as mulheres que não querem tê-los, ou que escolhem por não os ter, acabam sendo vistas com preconceito e rejeição pela sociedade. Segundo Marchi-Costa e Macedo (2020 p.111), o lugar dos homens e mulheres na estrutura familiar atual ainda se fundamenta em um modelo arcaico, ou seja, “às mulheres cabe o cuidado da prole, aos homens cabe o papel coadjuvante nesses cuidados”.

Contribui para esta percepção a herança judaico-cristã de nossa sociedade, na qual o homem possui o poder de chefiar e conduzir a família e todos as pessoas que fazem parte dela, e a mulher deve a ele obediência e submissão. Nesta concepção, o homem é considerado um ser enviado por Deus e a mulher dele derivado e inferior, portanto, deveria se comportar como tal, obedecer ao marido, ficar sempre em silêncio e nunca chamar a atenção para si.

O homem deve ser o chefe do casal, pois foi criado em primeiro lugar e deu origem à mulher. É a ele, portanto, que cabe o poder de mandar. Embora São Paulo acrescente que as ordens do marido deverão ser temperadas pelo amor e o respeito que deve à sua mulher, embora reconheça nesta um poder de persuasão (simples poder da retórica), é ao marido que compete a decisão final. São Paulo resumiu as relações do casal numa fórmula famosa durante séculos: "Vós, maridos, amai as vossas próprias mulheres, como também Cristo amou a Igreja... assim como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos" (BANDITHER, 1985, p.35)

Nas famílias nucleares brasileiras ainda existem as divisões de gênero, nas quais as mulheres são as grandes responsáveis pelas atividades do lar e do cuidado e atenção com os filhos. Mesmo com toda a emancipação feminina e mudanças sociais, o ambiente doméstico e os afazeres dentro do lar para muitas ainda são considerados responsabilidade do feminino, sendo essas ações da falta de corresponsabilidade do homem uma questão ligada ao masculino e feminino (Marchi-Costa, Macedo, 2020).

A amamentação, atualmente tão romantizada, teve vários olhares. Como descreve Bandither, em alguns momentos foi considerada um prazer ilícito, com a perda da moral da criança, de modo que ao amamentar seu filho a mãe comprometeria a boa moral de seu filho. No século XVI, existiam as mães de leite, mulheres, muitas delas escravizadas, usadas para

amamentarem os infantes da aristocracia, e que eram obrigadas a deixar os seus filhos sem leite materno. Tal atitude tinha como consequência duas crianças sem o aleitamento materno e sem o contato com a mãe. Na atualidade, os primeiros contatos da mãe com a criança são defendidos, assim como a amamentação que está relacionada ao equilíbrio emocional do bebê.

No século XIX, ocorreu a valorização da família amorosa, tornando a família brasileira nuclear e urbanizada e com hábitos higienistas. Os novos valores médicos interveem na sociedade e na família e à mulher coube o papel de gerar e bem cuidar de sua prole. A partir desse momento, o aleitamento passou a ser naturalizado, considerando as que não realizavam tal prática como mães desnaturalizadas, irresponsáveis em relação às suas atribuições. Desse modo, a amamentação do pequeno infante restringiu a mulher ao ambiente doméstico por um longo período, tendo como responsabilidade os cuidados com a criança e os cuidados da casa. Com todo esse cuidado, o amor materno passa a ser algo naturalizado, sendo um modelo desejável por todas as mulheres.

A idealização do amor materno teve seu início no século XVIII, supervalorizando esse sentimento que, na atualidade, conta com uma forte corrente que reforça esse modelo ideal, enfatizando a relação mãe-bebê como decisiva para o desenvolvimento da criança. (Bandither, 1985).

A partir dos anos de 1980 crescem as pesquisas e artigos sobre a paternidade que abordavam as relações de pais e filhos, as obrigações paternas e a ausência do pai. A valorização da paternidade faz com que os homens se responsabilizem emocionalmente desde a gravidez, período em que ambos já se responsabilizam pelos cuidados com o filho (Marchi-Costa, Macedo, 2020).

Bandither relata que os cuidados para com os filhos nem sempre agradam aos pais, deixando essas tarefas exclusivamente para as mães, de modo que se entende que o amor materno é soberano a todas as tormentas do cuidado e atenção para com a criança. Os pais nem sempre estão dispostos a assumirem as responsabilidades financeiras e afetivas e, por muitas vezes, acabam abandonando seus filhos, física e emocionalmente.

A paternidade é tão importante quanto a maternidade e é necessário que ambos se envolvam no cuidado e responsabilidade com a criança, gerando memórias de atenção e cuidado nos filhos. Dessa maneira, essa relação aproxima os seus membros, se torna saudável e faz também que essa criança seja responsável por algumas atividades domésticas, construindo um indivíduo que será uma pessoa emocionalmente saudável. Para isso é necessário a desconstrução do modelo patriarcal de paternidade e despir-se de tais ideias e concepções e entender que a sociedade necessita de um novo formato de paternidade.

Lares que são chefiados por mulheres não podem contar com o auxílio do progenitor e muitas vezes a criança não conhece o pai, ou o pai é ausente em sua criação, de modo que a mãe necessita realizar suas funções de mãe e pai, tendo ou não presença masculina de outro membro da família, além do sustento financeiro da família, aspecto analisado no próximo capítulo

CAPÍTULO 2. NÚCLEOS DOMÉSTICOS MONOPARENTAIS

Famílias chefiadas por mulheres sempre existiram e isso foi constatado pelo IBGE, em 1872, que registrou que 30 % dos lares eram chefiados por mulheres (Costa, Marra, 2013). Faz parte da história do Brasil lares constituídos pela chefia feminina, devido à diversas situações. O que ocorria muito no início do século XX era o abandono do marido em busca de melhores empregos e salários em outras regiões do país, deixando para trás mulheres e filhos.

Ainda que a família monoparental sempre tenha existido na sociedade brasileira, só foi reconhecida na constituição em 1988. Deste modo, o modelo de família exclusivo a ser seguido passou a ser apenas mais um formato de constituir uma família. A mulher chefe da família monoparental é responsável por todas as atividades de pai, mãe, atenção e cuidados com os filhos e ainda dá conta de sua vida profissional. Estas mulheres focam, muitas vezes, na atenção dos filhos e trabalho e acabam por abandonar questões como seu lazer, cultura e demais coisas que poderia fazer. É preciso abordar e analisar como a sociedade brasileira dimensiona questões relacionadas às vivências de mães solo; desafio complexo, como enfatiza (Babiuk, 2015).

O pai sempre foi valorizado pelos recursos econômicos e pela sua autoridade moral; sua presença é o que completava a família e devido a sua ausência a família era considerada incompleta. Porém, essa imagem não é mais plausível. As funções pré-estabelecidas de pai ser o único provedor e a mãe a única cuidadora está aos poucos desaparecendo. No entanto, mesmo que a mulher assuma, em algumas situações, o comando financeiro da família, ainda existe a concepção do homem ser o provedor do lar e a mulher a cuidadora. Um aspecto necessário de ser discutido é que ser provedor, ou cuidador da criança, não é algo que deveria estar relacionada ao gênero, mas sim a uma parentalidade plena em que ambos sejam capazes de

oferecer afeto e prover as necessidades da criança, protegendo-a de situações de perigo (Núncio, Baliana, 2013).

Como mencionado, os lares monoparentais estão cada vez mais comuns nas últimas décadas e os motivos são variados, como abandono, separação, viuvez ou por opção: técnicas reprodutivas, adoção. A família monoparental, na maioria das vezes, encontra na figura materna o único adulto responsável pela organização e manutenção da casa e a base emocional e financeira dessas famílias. Tais mulheres, denominadas atualmente de mães solo, cuidam de seus filhos sozinhas e é comum que tenham como consequência um grande estresse em suas vidas em decorrência da sobrecarga dos afazeres, problemas oriundos das questões financeiras e dos momentos de solidão e abandono em que se encontram em relação às demais mulheres que são casadas ou que têm uma rede de apoio.

A palavra monoparentalidade, por tradição, foi ligada à pobreza e à vulnerabilidade, no entanto, existe um número cada vez maior de mulheres que optam pela maternidade sem ter um relacionamento conjugal. Portanto, a ideia tradicional de que a monoparentalidade é associada a famílias pobres não faz mais sentido, pois existem mulheres de diversas classes sociais que optam por se tornarem mães sem um vínculo de relacionamento amoroso ou se tornam mães solo por situações que ocorreram em suas vidas, como o divórcio, a viuvez ou o abandono do parceiro. Tais situações criam elementos para a estrutura da família contemporânea (Arrais, Gomes, Campos, 2019).

Com um olhar sociológico, as famílias possuem dinâmicas e se transformam constantemente de modo que tanto os fatores internos como os externos influenciam na dinâmica e funcionalidade dessa instituição (Costa, Marra, 2013). Portanto, em constante mudança, a família sofre as ações das modificações presentes na sociedade. Entre as famílias monoparentais, as de mães solteiras que nunca se casaram são a que mais aumentam na atualidade. As mulheres que optaram por viver a maternidade sozinhas são aquelas que possuem recursos satisfatórios para o cuidado de um lar monoparental e educação dos filhos, o que nem sempre acontece com as mães que não optaram por viverem tal situação, principalmente as de classes sociais menos favorecidas, que geralmente acabam tendo mais filhos.

Em oposição à mulher solteira sem filhos, a monoparentalidade programada aparece como estilo de vida preferível e desejável. Dessa forma, ela receberia novas formas de legitimação que reforçam novas-velhas concepções sobre o potencial reprodutivo da mulher e o que seria sua “razão primordial de vida” (ARRAIS, GOMES, CAMPOS, 2019, p.3).

A parentalidade é carregada de várias influências, como a mulher que se emancipou e muitas se tornaram donas de suas vontades e seus desejos, sem dependerem do companheiro e do casamento para uma vida feliz. Infelizmente, com as mudanças ocorridas com as mulheres, uma parte dos homens reagem mal e com muita violência, pois não consideravam corretas as atitudes de suas companheiras (Del Priore, 2017, p.6). Devido a uma educação estruturada no modelo patriarcal e no machismo os homens fruto dessa educação, que reforça a ideia de que o homem deve mandar e a mulher obedecer e ser submissa as suas vontades, sentem-se ameaçados com a liberdade das mulheres e têm dificuldades de conviver com mulheres livres, com capacidade financeira e donas de suas vontades.

Muitas crianças moram em casas monoparentais que são, na maioria das vezes, conduzidas por mulheres, e poucas vezes por homens. Apesar de ser algo mais comum hoje em dia, existem expressões pejorativas quando muitos mencionam tais famílias, como “famílias sem pai, lares defeitos, esposas abandonadas” (Giddens, 2005, p.157). Ainda em pleno século XXI as condutas e atitude das mulheres são julgadas. Uma mãe sem envolvimento afetivo com o pai da criança, principalmente vinculado ao matrimônio é tratada com preconceito, uma ameaça à estrutura tradicional da família, essa considerada ainda como modelo a ser seguido e idealizada como o espaço da felicidade e da realização pessoal.

Com o aumento dos divórcios e o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, configurou-se a existência de um novo problema: o pai totalmente ausente ou com pouco contato após a separação: “De acordo com dados do IBGE, em 2018, o Brasil tinha aproximadamente 11,5 milhões de mulheres que não podiam contar com a presença e responsabilidade dos pais para cuidar e educar seus filhos: são as chamadas *mães solo*” (Marques, 2020, s/p).

Vários são os problemas que mulheres chefes de família possuem, como a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, a falta de auxílio de um companheiro, ou até dificuldade de encontrar um emprego com maior remuneração. Tudo isso pode fazer com que ela se sinta mais cansada (Cúnico, Arpini, 2014) devido a vários motivos como não ter com quem deixar o filho, não encontrar vagas na creche, não conseguir atender às solicitações de hora extra no trabalho e por vezes ser demitida por esta razão. Mulheres que conduzem um lar sozinha, além da sobrecarga da jornada de trabalho e cuidado com o lar e educação dos filhos, enfrentam questionamentos de como dá conta, de todas essas funções.

Famílias que possuem a mulher como única responsável não têm em sua organização a biparentalidade, que é marcada pela questão de gênero. A atuação feminina como chefe do lar é colocada à prova nos espaços público e privado, precisando sempre provar a todos sua

capacidade para conduzir de uma família sozinha. Várias são as condições da família monoparental e diversas são as formas de sua imagem na sociedade, podendo, portanto, ter vivências positivas ou negativas (Verza, Sattler, Strey,2015).

Existem vários olhares sobre as mulheres, alguns com julgamentos e outros com admiração e modelo de superação. Para alguns, a mulher é uma batalhadora, que mesmo o pai não assumindo sua responsabilidade, vai à luta, trabalha e cuida do filho; por outro lado, muitos ainda possuem um olhar preconceituoso e desvalorizam a mãe que não convive com o pai da criança.

Em relação aos efetivos deste abandono na vida das crianças, a pesquisa do promotor de justiça Fuhrer denominada “Encontre seu pai aqui”, teve três lugares de acesso no ABC Paulista e consistiu em analisar os vários registros de alunos sem o nome dos pais na certidão. Foram feitos mutirões de atendimento nas escolas, mas foram direcionados para a procuradoria pelo fato de estas crianças-alvo serem vítimas de bullying. No entanto, a procura foi pouca devido à dificuldade de acesso, o que fez com fosse transferido para o Poupatempo, incluindo cidades do interior.

O promotor relata que a sua preocupação inicial era mais de promotoria, como a de o cidadão ter no documento o nome do pai, mas ele observou que esta questão está muito relacionada com o emocional, com a construção da história das pessoas, da qual o nome do pai faz parte. Os relatos destas recomposições registrados nas fichas cadastrais são cheios de emoções (CARRASCO, 2018, s/p). Portanto, observa-se que o modelo social ainda idealizado no imaginário das crianças é aquele de uma família integrada por mãe e pai, alguém que seja corresponsável por elas junto à mãe e, por vezes, fantasiado como um superpai.

A maternidade exercida pelas mães solo enfrenta desafios como o abordado no trabalho da promotoria. A ausência da figura paterna na criação dos filhos vai contra o modelo de família que é promovido pela sociedade, o que traz frustrações tanto para as mães quanto para os filhos. Os filhos sempre estão esperando uma ligação, uma visita, que poucas vezes acontece.

As questões sociais, econômicas e culturais são a base para poder entender o fenômeno da monoparentalidade feminina no ambiente familiar e no meio social, assim como as questões de gênero, que mostram que ser mulher, mãe e chefe familiar ainda envolve vários desafios, como direcionar a sua vida social, afetiva e profissional (Verza, Sattler, Strey,2015). Muitas mulheres encontram-se em seus limites físicos, psíquicos e emocionais, de tanta tarefa a ser realizada, aqui cabe ressaltar mulheres que possuem um marido, mas mesmo assim sentem-se sobrecarregadas e desassistidas pelo companheiro.

Se a emancipação feminina é um gatilho para as mulheres da classe média entrarem no mercado de trabalho e manterem um padrão de vida para seus filhos, a sobrevivência é o que impulsiona as mulheres pobres para o trabalho, mas, infelizmente, recebem baixos salários e têm os piores empregos. Essas mulheres precisam ainda enfrentar o moralismo estrutural que considera apenas o homem como chefe de família (Costa, Marra, 2013).

Mulheres da classe média muitas vezes podem optar por emprego mais perto, um no qual será promovida na profissão e garantirá uma vida segura financeiramente para suprir as necessidades familiar. Já mulheres de classes populares precisam aceitar os empregos que conseguem devido à baixa escolaridade e aos preconceitos étnico-raciais para darem um sustento aos seus filhos, muitas vezes distante de uma boa condição.

Limitação financeira e culpa de não estar presente no cotidiano dos filhos são constantes no dia a dia de mulheres chefe de família das classes menos favorecidas. Existe uma carga pesada de responsabilidades com as várias funções que desempenham, como sentimentos de estar sempre em débito com os filhos por passar o dia inteiro no trabalho, restando poucos momentos para cuidado dos filhos e do lar. Vivem o dilema de ficar longe do filho para manter a casa e as despesas. No entanto, trabalho e família juntos podem auxiliar a mulher a construir sua identidade feminina e seu fortalecimento (Costa, Marra, 2013). Sendo a saída da mulher para o mercado de trabalho perverso e injusto.

A ausência paterna é um dificultador na vida das famílias monoparentais. Essa carência da presença pode ser maior quando ela é acompanhada da falta da presença afetiva e financeira, construindo uma imagem ainda mais negativa para os filhos. No entanto, para algumas mulheres tal experiência é motivo de superação e força, principalmente se houver uma rede de apoio que torne essa família mais forte (Costa, Marra, 2013).

A rede de apoio é de grande importância para mulheres que são chefes de família, pois ajudará muito elas conseguirem trabalhar e manter as despesas do lar, podendo esse auxílio uma creche boa que auxilie a mulher em sua vida dupla. Ser responsável sozinha pelo filho é um grande desafio, porém é motivo de orgulho e superação interna e externa vencendo seus dilemas e mostrando para a sociedade que mesmo sozinha é capaz de dar conta do desafio de cuidar de uma criança sozinha.

Mesmo com toda a força e superação das mulheres, é necessário que os pais assumam a responsabilidade de cuidar de seus filhos e os compromissos que lhes cabem nos cuidados com as crianças, pois em nossa sociedade, ainda estruturada pelo machismo, o abandono ou a falta de cuidado paterno é naturalizado, enquanto as atitudes da mãe são mais facilmente condenadas. Práticas como levar o filho ao médico ou ir à reunião da escola são elogiadas e

romantizadas quando realizadas pelo pai, e quando realizadas pelas mães são naturalizadas como próprias das atribuições femininas e parte de seu dever familiar. Estas situações precisam ser refletidas e redefinidas socialmente como também de responsabilidade paterna.

CAPÍTULO 3. MULHERES SOLO E TRABALHO

Homens e mulheres, em toda a história, construíram juntos um quadro social, porém o trabalho da mulher começou a ser remunerado apenas nas últimas décadas. A participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado a cada ano e tais mudanças afetam de maneira direta os relacionamentos familiares, de maneira especial os lares em que existe dupla renda, ou seja, marido e mulher são remunerados para custear os gastos da casa. No entanto, tem ocorrido uma diminuição dos lares chefiados apenas por homens provedores, fazendo existir uma igualdade entre homens e mulheres no ambiente do trabalho e doméstico. Homens e mulheres trabalham cada vez mais e, portanto, direcionam maior tempo ao ambiente de trabalho e menos tempo à família.

Apesar da presença efetiva de mulheres no mundo do trabalho, o cuidado para com os filhos ainda é de responsabilidade maior das mães, mesmo que ambos tenham a mesma jornada de trabalho fora do lar. Felizmente, os pais estão aderindo aos poucos à parceria em relação aos cuidados com os filhos, mas a maioria das mães que trabalham fora enfrenta a tripla jornada: cuidar dos filhos, administrar a casa e a vida profissional (Giddens, 2005), e o desafio é ainda maior para as mulheres que são mães solo.

Existe uma grande parcela de mulheres que ao se tornarem mães realizam a transição de um emprego de período integral para um de meio turno, o que possível devido a flexibilidades de reformas trabalhistas (Giddens, 2005), para que possam ter tempo para cuidarem de seu/s filho/s. Isso acaba sendo mais fácil de ser colocado em prática quando elas possuem apoio

financeiro para fazê-lo, o que não se aplica às mulheres pobres de baixa renda, pois precisam de um salário integral.

No decorrer do século XXI, os resíduos culturais em relação às questões de gênero ainda se fazem presentes, pois, mesmo com todas as mudanças ocorridas na sociedade, ainda ocorrem situações em que algumas funções que são realizadas na família, na sociedade ou no trabalho são determinadas como pertencentes a um gênero específico. Ou seja, ainda persiste a ideia de funções que seriam próprias das mulheres e aquelas dos homens.

A vida das pessoas está pautada em torno da família e do trabalho, sendo muitas vezes considerados espaços distintos. Porém, não tem como os indivíduos serem dois, um em casa e outro no serviço, como se um ambiente não afetasse o outro. Como enfatiza Maria Guimarães:

Dentro dessa perspectiva, homens e mulheres não aceitam mais o fato de que o trabalho é inevitavelmente conflitante com a vida familiar e buscam amenizar os desequilíbrios existentes.

Uma das questões que hoje se põe para as mulheres é como estabelecer certo equilíbrio entre uma vida profissional ativa e uma vida familiar funcional, outra questão importante reside nas pressões enfrentadas no trabalho e na vida cotidiana em contraste com o funcionamento psíquico e a eclosão de doenças físicas.
(GUIMARÃES, 2010, p.27)

Ao romperem com os padrões delimitados pela sociedade, ainda no ambiente doméstico as mulheres enfrentam as cobranças enraizadas culturalmente de que precisa dar conta de manter a casa sempre limpa, os filhos sempre bem alimentados e educados; padrão que muitas fazem questão de manter às custas de vários problemas de saúde física e mental.

Devido aos conflitos entre o trabalho e a família, faz-se necessário um equilíbrio entre essas duas grandes áreas da vida. Goulart Jr; Feijó; Cunha; Corrêa e Gouveia (2013) mencionam que a tentativa de administrar essas duas áreas pode ocasionar danos à saúde. As exigências na vida profissional e familiar necessitam de mudanças na sociedade e na cultura, de maneira que se entenda que o trabalho e a família são esferas que constituem o indivíduo e que seu desempenho e sucesso em uma área afetará diretamente a outra.

Tendo em vista que os conflitos entre as responsabilidades familiares e do trabalho podem acarretar danos à saúde dos trabalhadores e ao desenvolvimento das organizações, a análise dos autores sinaliza que as políticas de gestão organizacional e de pessoas considerem as necessidades familiares dos trabalhadores, pois a relação família-trabalho é interdependente e, por isso, o desempenho do trabalhador em uma das esferas repercute diretamente no seu desempenho na outra.

Segundo Guimarães:

Diante de todas essas mudanças no mundo e no trabalho, o modelo feminino de supermulher dos anos 80, calcado num modelo masculino competitivo e de forte

investimento profissional, não é mais considerado atual, e a mulher começa a perceber que é diferente do homem, embora equivalente (não como idêntico). O desafio de romper esse esquema binário entre os gêneros não é fácil, mas um desafio que tem sido proposto a cada ano (2010, p. 31).

Nesse novo cenário, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou, sendo ela protagonista de várias profissões ou mesmo de seu próprio negócio, que propicia a geração de novos empregos. No entanto, quando as mulheres estão empregadas, frequentemente são vítimas de várias desigualdades, como restrições a cargos de chefia e diferenças salariais comparadas aos colegas do sexo oposto que desempenham a mesma função.

Gomes e Souza (2018) realizaram uma pesquisa das várias formas de diferenças salariais nas regiões sul e nordeste brasileiras e observaram o Sul do país com maiores diferenças salariais em relação às mulheres, enquanto na região Nordeste, diferenças salariais entre homens e mulheres são menores. Na área de comércio e serviços, foi relatada discriminação em relação ao rendimento e na agricultura e na indústria, diferenças na inserção e nos rendimentos. Na região Nordeste, ocorre menor discriminação de gênero, o que permitiu aos autores fazerem uma análise de que nas regiões menos desenvolvidas a discriminação salarial por gênero é menor. Os autores sugerem às autoridades públicas que enfrentem o problema das desigualdades de gênero e que realizem estudos na área do trabalho e de renda a fim de potencializar políticas públicas que garantam a inserção dos rendimentos femininos e que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades no mercado de trabalho e as mesmas remunerações em cargos equivalentes.

É importante a igualdade econômica de homens e mulheres, que garante a liberdade conquistada pela mulher. É esta autonomia financeira feminina que resultou em mudanças no núcleo familiar e no casamento longínquo, de modo a ter possibilitado o aparecimento das famílias matrifocais, conduzidas pela mulher, resultados da separação ou pela opção de mulheres que nunca se casaram. A emancipação feminina torna mais frequente a presença de mulheres que não dependam do casamento como aporte financeiro para o sustento da casa e alimentar os filhos. Portanto, se não está feliz no casamento, ou se o cônjuge não se comporta de acordo com as suas expectativas, elas não têm a necessidade de continuar casadas. Deste modo, é cada vez maior a quantidade de lares sustentados por mulheres (Guimarães, 2010).

Mesmo com os limites de condições e oportunidades no ambiente de trabalho comparado aos homens, as mulheres têm conquistado espaço público. No entanto, este ainda

continua hostil, muitas vezes insensível à situação das mulheres que são mães, principalmente aquelas que exercem a função de cuidado e educação de seus filhos sozinhas.

A sociedade cobra da mulher “trabalhar como se não tivesse filhos, ser mãe como se não trabalhasse fora” (Lizaukas, 2019) e essa é uma conta que nunca fechará, pois, a mulher está sempre se cobrando e tem a sensação de que está devendo algo, ou no trabalho ou no cuidado com os filhos. Segundo Dias:

Limitações que não estão na lei acabam sendo impostas às mulheres com acentuada conotação discriminatória, pois não são exigidas dos homens. (...) Em se tratando de guarda de filhos, muitas vezes, é desconsiderada a liberdade da mulher. É feita uma avaliação comportamental de adequação a determinados papéis sociais. Inúmeros julgados estabelecem certa confusão entre a vida sexual da mulher e sua capacidade de ser boa mãe, não considerando aspectos afetivos e culturais para o pleno desenvolvimento dos filhos (DIAS, 2016, p.161).

É comum que o cuidado para com os filhos seja atrelado mais frequentemente como atribuição das mulheres, o que mostra uma naturalização da falta da participação dos pais em tais responsabilidades, e isto explica em parte o abandono paterno e os descasos financeiro e emocional, mas não os justifica. Por outro lado, da mãe é cobrado o extremo zelo e cuidado como sendo algo natural e obrigatório a ela, uma romantização da maternidade.

O fato de a mulher se tornar mãe tem papel fundamental em sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Além de serem vítimas de desigualdades de salários e oportunidades de cargos melhores, existe uma perspectiva de que a mulher deve escolher entre ser mãe e ter uma carreira profissional bem-sucedida, como se fossem duas situações antagônicas. Como enfatiza Pierre Bourdieu:

A verdade das relações estruturais de dominação sexual se deixa realmente entrever a partir do momento em que observamos, por exemplo, que as mulheres que atingiram os mais altos cargos (chefe, diretora em um ministério etc.) têm que "pagar", de certo modo, por este sucesso profissional com um menor "sucesso" na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracassos com os filhos etc.) e na economia de bens simbólicos (...) (BOURDIEU, 2015, p. 126).

A relação mãe trabalho ainda é tida como uma questão de decisão, ou escolhe ser mãe ou ser uma boa profissional, como relataram algumas mães entrevistadas que escolheram ser autônomas para terem mais tempo no cuidado do/s filho/s, aspecto que analisaremos a seguir.

3.1 Métodos

A pesquisa foi realizada no ambiente online devido à pandemia no momento de sua realização. Foi criado um questionário no *google forms* e disponibilizado no perfil do Facebook da pesquisadora, de modo que as mulheres que se identificassem e estivessem à vontade para responder assim o fizessem. As participantes abrangeram mulheres do interior e do litoral paulista. O formulário foi disponibilizado por um mês na página do Facebook da pesquisadora e após esse período, os dados coletados começaram a serem analisados.

O intuito foi compreender como vivenciam a experiência de conduzirem uma família sozinhas; como equacionam a experiência de serem mães solo com a atividade profissional e seus possíveis relacionamentos amorosos. Ainda, procurou-se refletir sobre os motivos das percepções negativas em relação às famílias monoparentais formadas por mães e filho/s e caminhos possíveis para uma mudança social em relação a isso. Considerou-se algumas situações vivenciadas por estas mães solo em suas várias configurações, resultados da viuvez, abandono, separação ou pela opção em serem mães solo.

A seguir, são analisadas as questões e as respostas apresentadas pelas participantes.

1. Qual sua idade?	Mãe 1: 39 anos. Mãe 2: 42 anos Mãe 3: 42 anos Mãe 4: 40 anos Mãe 5: 39 anos Mãe 6: 48 anos Mãe 7: 50 anos Mãe 8: 48 anos Mãe 9: 44 anos Mãe 10: 57 anos Mãe 11: 46 anos Mãe 12: 62 anos Mãe 13: 62 anos
2. Qual seu nível de instrução?	Mães 1,2,3,4,6,7,8,9,10,11,12 e 13: Superior Completo Mãe 5: Pós-graduada
3. Por ser mãe solo, como você faz para que sua autoridade seja respeitada?	Mãe 1: Tento mostrar as consequências pela desobediência. Mãe 2: Através de muito diálogo

	<p>Mãe 3: Através de muito respeito, explicações a respeito de tudo que combinamos.</p> <p>Mãe 4: Sou brava quando não ouvida.</p> <p>Mãe 5: Através de diálogo</p> <p>Mãe 6: Através de muito diálogo</p> <p>Mãe 7: Muito diálogo, respeito e sempre fazer o que falo ou prometo, sem ameaças, ou seja, não vou dizer que vou “matá-lo” se não me obedecer, todos sabemos que isso não vai acontecer.</p> <p>Mãe 8: Conversando, mas com firmeza nas palavras.</p> <p>Mãe 9: Argumentando e mostrando a luz da verdade.</p> <p>Mãe 10: Pôr limite</p> <p>Mãe 11: Na conversa.</p> <p>Mãe 12: Ter postura.</p> <p>Mãe 13: Postura</p>
<p>4. Por ser mãe solo e que realiza todas as atividades sozinha, como ocorrem os momentos de carinho e afeto com seu filho?</p>	<p>Mãe 1: Tento participar mais da vida do meu filho, conversar. Neste momento de pandemia, ficamos mais próximos.</p> <p>Mãe 2: Através de nossas conversas, sempre falo da importância que ele tem na minha vida e do quanto eu quero vê-lo feliz.</p> <p>Mãe 3: Acordo meu filho com muito amor, beijos e carinho. Converso durante as refeições e sempre que possível ficamos juntos assistindo tv, filmes etc. Além disso, leio e converso com meu filho antes de dormir.</p> <p>Mãe 4: Na hora de dormir</p> <p>Mãe 5: Amo brincar com minha filha</p> <p>Mãe 6: Procuramos fazer coisas juntos, lanches, lazer e até mesmo estudos.</p> <p>Mãe 7: Com palavras de carinho e gestos sempre que possível.</p> <p>Mãe 8: É necessário priorizar os momentos em que podemos estar juntos. Isso significa deixar muitas outras coisas para depois, mas vale a pena.</p> <p>Mãe 9: Dizendo que o amo. Abraçando, beijando, elogiando...</p> <p>Mãe 10: Participação de todos.</p> <p>Mãe 11: Sempre à noite em casa</p> <p>Mãe 12: Parceria...</p> <p>Mãe 13: Entretenimento.</p>

<p>5. Qual o sentimento que tem em relação ao seu filho na questão da ausência do pai?</p>	<p>Mãe 1: Sinto que falta uma figura masculina e paterna para ele ter uma referência.</p> <p>Mãe 2: No meu caso, o pai é vivo e ausente por opção. Durante todos estes anos sendo mãe solo, consegui entender que eu não tenho o poder de mudar ninguém, muito menos forçar um homem a ser pai presente. Meu sentimento é de profunda tristeza, lamento muito pelo meu filho.</p> <p>Mãe 3: Ele deveria ter uma maior participação na vida do meu filho, ter mais responsabilidade e ser mais presente na vida dele.</p> <p>Mãe 4: Que ela é forte o suficiente para aguentar senão Deus não permitiria.</p> <p>Mãe 5: Que às vezes falta a parte da proteção, mesmo eu tentando suprir este lado.</p> <p>Mãe 6: Angústia.</p> <p>Mãe 7: Nenhum</p> <p>Mãe 8: Esperança ... Que tudo dê certo apesar dos pesares.</p> <p>Mãe 10: O abandono sempre será sentido.</p> <p>Mãe 11: Triste, mas tento resolver com carinho.</p> <p>Mãe 12: Superação...orgulho.</p> <p>Mãe 13: Superação.</p>
<p>6. Por ser mãe solo, você sente algum impacto em sua vida profissional?</p>	<p>Mãe 1: Não.</p> <p>Mãe 2: É difícil quando não se pode contar com “uma segunda pessoa que deveria ser tão responsável quanto você”, quando se é mãe solo a responsabilidade e os desafios são muito grandes e automaticamente impacta na vida profissional.</p> <p>Mãe 3: Sim, me sinto muito cansada e sobrecarregada. Assim deixo de fazer coisas que gostaria em relação ao trabalho.</p> <p>Mãe 4: Não.</p> <p>Mãe 5: Sim, pois quando minha filha fica doente ou precisa, eu tenho que me ausentar em maior proporção de tempo.</p> <p>Mãe 6: Sim, pois tenho que garantir a renda familiar.</p>

	<p>Mãe 7: Sim, mas quando ele era mais novo, agora ele tem 23 anos já é mais independente.</p> <p>Mãe 8: Sim, reflete no desempenho.</p> <p>Mãe 9: Nada...realizei todos os meus sonhos e continuo a realizar.</p> <p>Mãe 10: Sim, a responsabilidade financeira da criação e educação.</p> <p>Mãe 11: Bem difícil ser completa em tudo, mas tento.</p> <p>Mãe 12: Sobrecarga.</p> <p>Mãe 13: Não.</p>
<p>7. Qual sua postura quando existe a possibilidade de promoção ou mudança de emprego em que será cobrado mais tempo de sua presença no ambiente de trabalho?</p>	<p>Mãe 1: Trabalho meio período. Graças a Deus, meu horário de trabalho coincide com o horário escolar do meu filho.</p> <p>Mãe 2: Essa decisão é muito particular e depende muito da situação. Às vezes você tem que desistir de estar mais tempo com seu filho em prol do trabalho ou de uma promoção que possa garantir um conforto ou futuro melhor para ele, a gente sofre muito e nunca sabe se está acertando, por isso a importância do diálogo. A presença é muito importante, mas às vezes a necessidade grita mais alto, até por ser mãe solo.</p> <p>Mãe 3: Hoje em dia opto por ficar mais tempo em casa, com meu filho. Não me interessa uma posição que eu teria que me desgastar ainda mais.</p> <p>Mãe 4: Não sei, pois optei por ser autônoma.</p> <p>Mãe 5: Estou vivendo isso neste momento e ainda não sei se fiz o correto.</p> <p>Mãe 6: Tento conciliar.</p> <p>Mãe 7: Não aceito.</p> <p>Mãe 8: Não quero.</p> <p>Mãe 9: Aceito...e não sinto culpa em nada.</p> <p>Mãe 10: Acho que deveria ser negociado quando filhos são pequenos.</p> <p>Mãe 11: Penso muito e tento ver o melhor para todos.</p> <p>Mãe 12: Flexibilidade.</p> <p>Mãe 13: Ter flexibilidade para conciliar o profissional com o pessoal.</p>
<p>8. Quando precisa se ausentar do serviço, qual é a posição de seu superior?</p>	<p>Mãe 1: Minha diretora é bem compreensível e tem muita empatia.</p> <p>Mãe 2: Justa.</p>

	<p>Mãe 3: Na maioria das vezes eles compreendem minha situação.</p> <p>Mãe 4: Ter essa autonomia, devido ser autônoma para cuidar melhor da minha filha.</p> <p>Mãe 5: De cobrança.</p> <p>Mãe 6: Ele é compreensivo.</p> <p>Mãe 7: Compreensão</p> <p>Mãe 8: Sempre compreensivo.</p> <p>Mãe 9: Nunca me ausentei.</p> <p>Mãe 10: Não tenho superior.</p> <p>Mãe 11: Compreensão</p> <p>Mãe 12: Equilibrada.</p> <p>Mãe 13: Muita compreensão, quando necessário apresentar atestado.</p>
<p>9. Você tem alguma rede de apoio (mãe, amiga, irmã, vizinha) que a auxilie no cuidado com seu filho no momento do trabalho?</p>	<p>Mãe 1: Tive muita dificuldade há muito tempo por não ter ninguém. Hoje, tenho com quem contar.</p> <p>Mãe 2: Sempre tive, graças a Deus, sempre pude contar com minha mãe.</p> <p>Mãe 3: Tenho a ajuda de uma amiga e dos avós paternos. Meus pais moram em outra cidade.</p> <p>Mãe 4: Sogra.</p> <p>Mãe 5: Sim, minha mãe.</p> <p>Mãe 6: Sim, minha mãe.</p> <p>Mãe 7: Sim, minha mãe e irmã.</p> <p>Mãe 8: Sim, minha mãe.</p> <p>Mãe 9: Já tive. Hoje ensino minha filha a se virar</p> <p>Mãe 10: Sim, avó.</p> <p>Mãe 11: Sim.</p> <p>Mãe 12: Família.</p> <p>Mãe 13: Sim, irmãos e amigos.</p>
<p>10. Você possui uma vida amorosa com um (a) companheiro(a)?</p>	<p>11 mães responderam que não 2 mães responderam que sim</p>
<p>11. Em caso positivo à resposta anterior, sente algum bloqueio dos homens/mulheres com os/as quais já se relacionou em relação ao seu filho?</p>	<p>As duas mães que responderam ter uma vida afetiva responderam que não existe bloqueio em seus relacionamentos em respeito aos filhos.</p>
<p>12. Por ser mãe solo, o que acha da visão da sociedade em relação à sua realidade?</p>	<p>Mãe 1: Na verdade, recebo até elogios por criar minha filha sozinha.</p> <p>Mãe 2: A sociedade brasileira é profundamente marcada por um modelo patriarcal de família, apesar da constante desconstrução do conceito de família nas últimas décadas. Dessa maneira, o homem muitas vezes é visto como provedor e autoridade máxima, enquanto a mulher é</p>

	<p>responsável pelos cuidados do lar e dos filhos. Além dos desafios de criar um filho sozinha, lidamos com muitas críticas. Uma visão machista, retrógrada e injusta que tira ainda mais a responsabilidade da figura do pai, pois quando uma mulher tem a ação que a maioria dos “pais” têm, de abandono, ela é recriminada, mas quando se trata do homem, é visto como uma coisa “normal”.</p> <p>Mãe 3: A maioria das pessoas me elogia por eu ser uma boa mãe. Concordo, mas, na verdade, sou sobrecarregada e muitos me cobram um relacionamento (namorado, marido). Sinto que as pessoas se incomodam em ver uma mulher solteira.</p> <p>Mãe 4: Eles perguntam demais e ajudam de menos. Questionam muito o porquê de estar sozinha.</p> <p>Mãe 5: Uma visão deturpada, pois não significa que sou fácil ou quero sexo com qualquer pessoa. A sociedade nos julga vulgar.</p> <p>Mãe 6: Ainda é muito machista.</p> <p>Mãe 7: Incompreensível, preconceituosa.</p> <p>Mãe 8: Admiração.</p> <p>Mãe 9: Não acho nada. Meu compromisso é com Deus e não com a opinião de sociedade, mas acredito que eles me admiram.</p> <p>Mãe 10: Normal</p> <p>Mãe 11: Normal.</p> <p>Mãe 12: Ponderada.</p> <p>Mãe 13: Às vezes heroína.....às vezes marginalizada.</p>
--	---

As mães solas que se disponibilizaram a responder o questionário encontram-se em uma situação financeira favorável em relação à maioria das mães solo do país. Entretanto, devido à pandemia, não foi possível chegar até tais mulheres menos favorecidas, pois a pesquisa foi feita apenas pelo *google forms* e ficou disponível no perfil do Facebook da pesquisadora.

As 13 pesquisadas são mulheres entre 39 e 63 anos, todas com nível superior e uma com pós-graduação. Dentre elas verificou-se a presença monoparental feminina em suas várias configurações, como viuvez, abandono, separação ou pela opção em ser mãe solo.

Em relação ao relacionamento com os filhos, houve respostas abrangendo desde uma educação mais rígida e controladora até uma postura mais aberta e de diálogo com os filhos. Todas responderam ter momentos de interação, até mesmo um relato de uma mãe que disse que durante pandemia essa relação fora intensificada. Como mencionam Marin e Piccinini (2009), em lares com a presença apenas da mãe existe um desenvolvimento saudável dos filhos, sem haver impactos negativos em seu desenvolvimento; ao contrário, crescem pessoas com autonomia e responsabilidade. E quando há problemas, estes são semelhantes aos ocorridos em famílias constituídas por pais e mães.

Em relação à ausência do pai, os posicionamentos mostraram sentimentos como angústia, tristeza e superação. Há um forte desejo de que a figura paterna fosse mais presente. Cúnico, Arpini (2014) relatam que mães se sentem sobrecarregadas quando os pais não desempenham suas funções com as crianças, não só em relação à falta de ajuda econômica, prática muito comum no cenário brasileiro, mas também, e de igual importância, a ausência paterna nas questões afetivas e emocionais.

Sobre ser mãe solo e a vida profissional, algumas relataram muito cansaço e a dificuldade de não terem com quem dividir, o que as tornam sobrecarregadas; outras falaram não ter problemas. Pode-se analisar nos relatos das mães um sentimento de exaustão por muitas tarefas a serem cumpridas por elas, pois a ocupação feminina no espaço de trabalho urbano não foi acompanhada de um olhar mais atento dos homens para o ambiente doméstico (Cúnico, Arpini, 2014) Vários estudos relatam que ainda os cuidados para com os afazeres domésticos e os membros da família ainda em sua grande maioria fica sob a responsabilidade feminina (Verza, Sattler, Strey, 2015).

Em relação à possibilidade de promoção e maior dedicação ao trabalho, há aquelas que optaram por serem autônomas e outras que trabalham meio período. Já em relação às promoções, notou-se que ter uma rede de apoio faz toda a diferença para a mulher crescer em sua profissão. Sobre o afastamento do serviço por conta de cuidar dos filhos, há relatos de compreensão e de incompreensão por parte dos empregadores. Devido ao mundo do trabalho competitivo e as cobranças, tais mulheres vivem o dilema e a pressão de cuidarem dos filhos. Quando estes precisam de sua presença e elas necessitam se ausentar do serviço por um tempo, muitas vezes têm os seus empregos ameaçados.

As mulheres ainda sofrem pelas diferenças salariais simplesmente por serem mulheres e, ao se tornarem mães, essas diferenças aumentam ainda mais. É comum tais mulheres serem vítimas de preconceito e não conseguirem um emprego, ou até mesmo deixarem o trabalho para dedicarem-se aos filhos (Borges, 2020).

Todas as mulheres que responderam o questionário relataram ter pelo menos uma pessoa que as ajudam no cuidado com os filhos para poderem ter uma atuação profissional, o que não seria possível caso não tivesse tal apoio que causaria várias dificuldades no trabalho. No desenvolvimento dos lares de mães solo, um aspecto muito importante é a existência de uma rede de apoio que auxilie essa mulher, assim ela consegue exercer a maternidade e participar mais ativa e afetivamente da vida dos filhos.

Das mulheres-mães pesquisadas somente duas relataram ter vida afetiva **amorosa** e disseram não existir bloqueio dos parceiros em relação aos filhos. O número reduzidíssimo de mães pesquisadas que vive a experiência amorosa evidencia a dificuldade delas em encontrar tempo, energia ou desejo para tal relacionamento.

O interessante da pesquisa é que a maioria das entrevistas é mães de meninos. Este é um aspecto relevante, pois os filhos, ao vivenciarem a luta e os desafios enfrentados por suas mães, tornam-se possíveis agentes na desconstrução do machismo estrutural em nossa sociedade e mais respeitosos no que se refere às demais mulheres que encontrarem em suas vidas.

Após alguns meses da realização da pesquisa, a pesquisadora recebeu dois relatos da vivência de duas mães pesquisadas. Nesses relatos, as mães descrevem como foi ser mãe e cuidar sozinha de uma criança. Apresentaremos abaixo a narrativa de ambas na íntegra.

O produto final dessa dissertação foi o desenvolvimento de um jogo de tabuleiro, no formato de trilha no qual se pode jogar só ou até quatro jogadores. As trilhas conforme o decorrer do jogo oferece opção para os jogadores, o qual irá desencadear em consequências positivas ou negativas, dependendo da escolha no momento do jogo. O jogador pode contar com as cartas de apoio que é referente a rede de apoio das mães podendo ser utilizada em qualquer momento do jogo. Bem como, dentro das trilhas possui as casas do pai, que possui também as cartas de pai ausente e pai presente, o qual o jogador quando cai nessa casa escolhe uma carta, podendo sair aleatoriamente uma de auxílio do pai ou de ausência. O jogo tem início na escolha da mãe voltar para casa dos pais, ou um possível aluguel, e termina no final da trilha escolhendo ou não um relacionamento amoroso.

Mãe 1

Olá, me chamo Renata, (**nome alterado**) tenho 29 anos e 2 filhos. Hoje sou casada, mas durante muitos anos éramos somente eu e minha filha mais velha. Fui mãe aos 21 anos, meu relacionamento na época não deu certo então fui mãe solo até os 4 anos da minha menina.

Na minha família existem mulheres que são solteiras e criaram seus filhos sem a ajuda dos respectivos pais, então pra mim isso nunca foi um tabu, sempre fez parte do meu cotidiano. Não posso deixar de frisar que o fato da minha família ser muito unida faz com que tenhamos uma rede de apoio muito consistente, e talvez esse seja o motivo para não seja um fardo tão pesado a criação solo.

Em todo esse tempo que crio minha filha sozinha, sem a ajuda do pai dela, eu consigo perceber o quanto (novamente culturalmente) a responsabilidade da criação de uma criança fica praticamente toda para a mãe. Ao ir as consultas, às festinhas, reuniões de escola etc, pouquíssimos são os pais presentes e na maioria das vezes os pais que estão ali estão acompanhados das respectivas mães, dificilmente eles são o único responsável pela criança no local.

Existe também a crença de que ser mãe é a maior dádiva do mundo, e esse pensamento retira das mães o direito de se sentirem cansadas, quando uma mãe reclama ela é imediatamente repreendida, não se pode estar cansada de ser mãe. E as pessoas não entendem que estar cansada não significa que não amamos nossos filhos ou algo assim, significa apenas que a responsabilidade toda sobre nossas costas nos deixa de fato exaustas. A cobrança sobre a mãe é infinita, se trabalha fora, ou se fica em casa, se ao sair leva os filhos ou se deixa com a babá, com quanto tempo andou, falou, e etc. tudo é responsabilidade e cobrança sobre a mãe. Nenhuma dessas cobranças são feitas ao pai.

Estamos culturalmente presas ao sonho de princesa Disney, de ter um príncipe encantado, e de que a felicidade só existe quando encontramos a metade da laranja. Entretanto, a cada dia que passa as mulheres estão se tornando mais donas das próprias histórias, e não esperam mais pelo príncipe para dar sentido à vida e isso é resultado das discussões cada vez mais amplas a respeito deste tema. Enquanto sociedade, precisamos, ainda, tratar mais das responsabilidades paternais e da importância que esse movimento também atinja os homens e que eles descubram que não precisam estar casados para serem bons pais e presentes.

Eu Gisele (**nome alterado**), como mãe solo, enfrento sim grandes dificuldades, desde o parto, pois quem assistiu foi uma tia, madrinha da bebê, e mesmo com muito apoio os primeiros dias pós-parto tinha o apoio com a minha filha, mas não comigo. E isso me faz falta, fez falta na gestação, no parto, no pós-parto, na consulta da pediatra quando descobri que ela nasceu com displasia no quadril, sim, alguém para dividir os medos, o choro, os cuidados, as internações no hospital, a responsabilidade de não deixar faltar nada. Hoje ela tem 9 anos e a sensação de ter que fazer tudo em dobro só aumenta.

O cuidar e suprir essa falta de um pai não é nada fácil. No meu caso foi uma escolha minha e sempre foi criar ela com responsabilidade e independência, uma tarefa que requer todo meu tempo, que amo e faço com prazer, mas que temos a cobrança interior e exterior, de uma sociedade que nos vê com olhos de "VOCÊ VAI FALHAR". Que me vê acima de tudo como uma ameaça aos costumes tradicionais, mesmo hoje em 2022. Para entrevista de emprego, a curiosidade é como consigo sustentar financeiramente tudo, foi essa uma pergunta feita por uma Diretora de Escola Infantil Privada na entrevista em 2021.

Uma mãe solteira é vista como uma mulher em busca de algo. Nunca é vista como uma mulher completa. Eu me sinto completa, sem ter alguém ao meu lado como companheiro, sinto a liberdade de ter a guarda de minha filha só para mim, mas sinto que para ela isso é normal pois ter um pai é algo que ela não conhece, mas ela se sente incomodada na escola ou em outros locais onde perguntam sobre o assunto. Meu ponto de vista, a sociedade tem que ser ensinada a respeitar as escolhas e as mães solteiras e seus filhos em uma família apenas menor, mas com o mesmo grau ou além de respeito e amor.

Ao analisarmos os relatos das duas pesquisadas, podemos perceber como ideias baseadas no modelo tradicional de família e nas incumbências de homens e mulheres no ambiente doméstico ainda estão presentes e enraizadas em nossa cultura. Isso é verificado no relato da primeira mãe, quando menciona a ausência paterna nas saídas com as crianças, de uma ida ao médico e até em uma festa infantil sempre a presença da mãe se faz majoritária.

A pesquisada também relata o olhar romântico que existe sobre a maternidade, no qual tudo são flores, que o cansaço deve ser superado devido ao amor incondicional e heroico que toda mãe deve ter. Como Bandither (1985) ponderou, a concepção é de que o amor materno seja incondicional. Partindo desse pressuposto, as mulheres não podem se cansar, pois a maternidade é uma benção, portanto ela é uma agraciada e o seu papel é de criar, cuidar, superar dificuldades e se sentir realizada por isso.

Por fim, a entrevistada destaca a ilusão vendida às meninas desde a infância de que todas irão crescer e encontrar o príncipe encantado, sua cara metade. Diante desta idealização, estar sozinha é considerado algo ruim, frustrante e até deprimente por não corresponder aos estigmas estabelecidos. No entanto, a pesquisada também realçou o processo de ressignificação pelo qual passam muitas mulheres sobre estas questões, a conquista que é serem mais independentes, fazerem suas próprias escolhas e traçarem sua própria história. A expectativa de uma mudança na mentalidade masculina em relação à paternidade: consciência da importância de sua presença afetiva e financeira na vida do/s filho/s, estando eles, ou não, em relacionamento amoroso com as mães.

Já a segunda mãe relata a ausência de atenção para consigo. Mesmo o pai não sendo presente, esta pode contar com o seu apoio, no entanto, apenas no cuidado com a criança, sentindo-se desamparada emocionalmente. Isso ocorre com muitas mulheres que, ao se tornarem mães, é como vestisse uma roupa da invisibilidade e da supermulher, pois ou ela não é vista ou se torna a supermulher que não precisa de descanso, atenção e cuidado.

Também relata o temor pessoal para dar conta de toda a situação familiar e profissional, e o constante julgamento social por ser uma mãe sem a presença do pai, situação apontada como razão de possíveis fracassos. Por mais que estejam ocorrendo mudanças em relação às composições familiares, ainda existe essa cobrança sobre as mulheres, que também se reflete na criança em função à ausência do pai e no julgamento e estigma sofrido por integrar uma família diferente daquela idealizada socialmente.

O romantismo também é apontado por essa pesquisada, de modo que uma mulher sozinha é considerada alguém pela metade, que necessita do outro lado da laranja, sua cara metade, situação bem resolvida por ela ao se sentir inteira e feliz mesmo sozinha, sem a necessidade de ter alguém para sentir-se completa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é uma das instituições mais antigas na história da humanidade. Em sua longa existência histórica, é perceptível a organização de um modelo tradicional baseado no patriarcado, centrado na figura do pai como detentor das decisões da vida de todos os membros e a mulher e os filhos submissos ao seu poder. Neste início de século XXI, observa-se mudanças significativas em relação à estrutura familiar brasileira e na legislação que a define, mas também ainda são perceptíveis resquícios do modelo tradicional que precisam ser identificados, discutidos e modificados.

Nas últimas décadas, com o aumento do número de divórcios e da emancipação feminina no mundo do trabalho, a estrutura familiar sofreu várias alterações de maneira que

não existe mais um formato único de família, e sim vários modelos de ser família, como aquelas que são constituídas por dois pais, duas mães, um dos genitores, avós e crianças.

Nesta pesquisa, discutiu-se a família monoparental constituída pela mãe e seu/s filho/s, a mãe solo, termo utilizado para tais mulheres, na qual realiza todas as responsabilidades da organização familiar e do sustento financeiro e cuidado emocional das crianças.

A metodologia adotada foi o estudo de leis e livros/artigos que discutem a história da família, da mulher, de sua emancipação e estigmas sofridos, bem como pela análise de um questionário aplicado via *Google Forms* a 13 mulheres solo de classe média do interior do Estado de São Paulo. Devido ao momento pandêmico, o recurso tecnológico usado acabou não sendo acessível a mulheres de renda mais baixa, que apresentam ainda outras dificuldades em sua experiência de mães solo e que merecem futuras investigações. Deste modo, a discussão aqui realizada foi baseada nas respostas deste grupo de mães que possuem uma situação financeira mais favorecida do que a maioria do cenário nacional.

O propósito foi compreender como viviam a experiência de conduzirem uma família sozinhas; como relacionavam a experiência de serem mães solo com a atividade profissional e seus possíveis relacionamentos amorosos. Procurou-se também refletir sobre os motivos dos olhares negativos em relação a este tipo de família monoparental e transformações importantes a serem realizadas a este respeito.

Grande parte das entrevistadas relatou sofrer preconceito diante da sociedade atual que ainda julga mulheres que são mães e que não possuem um relacionamento afetivo com o pai da criança. Diante do cenário, mães solas ainda sofrem preconceito e são julgadas, sem contar as dificuldades que sofrem no emprego, com frequentes problemas quando precisam se ausentar. As mães solas são mulheres imbuídas de grandes responsabilidades em educar e cuidar de seus filhos, enfrentando dias longos de trabalho e, ao chegarem em casa no fim do dia, ainda precisam ter fôlego para as outras jornadas, de dona de casa e de mãe. Diante desta realidade, muitas optam por deixar de lado a vida amorosa, por não encontrarem tempo ou pelo desejo de administrarem sozinhas a sua vida familiar.

Apesar dos grandes desafios da experiência das mães solo, observa-se o processo de ressignificação pelo qual passam muitas mulheres diante das cobranças e julgamentos sociais; a valorização de sua autonomia e independência, de fazerem suas próprias escolhas e traçarem sua própria história. Também, da importância de constituírem redes de apoio e solidariedade entre elas.

Os modelos de família são vários, portanto, é necessário um olhar mais fraterno e empático para pessoas que conduzem um lar sozinha, pois exige muito de quem o faz.

Entretanto, apenas isso não é suficiente. É fundamental a compreensão de que se há problema relacionados às famílias, que a questão não está no tipo de sua configuração, mas na sua disfuncionalidade, que pode acontecer em qualquer um dos modelos; na crença de achar que família é apenas o modelo tradicional, composto por pai e mãe; na ideia e valorização do amor romântico, que reforça o preconceito de que mulheres solas, sejam elas viúvas, separadas e solteiras, são incompletas. Na desigualdade de gênero no espaço doméstico em relação ao que cabe às mulheres e aos homens, muitos deles ainda alicerçados em distribuições tradicionais das atividades domésticas; ao descuido à paternidade por parte dos homens, estando eles casados ou não. Por isso, a necessária compreensão dos problemas que envolvem as relações parentais, sua reflexão e mudanças de mentalidade são cruciais para as transformações sociais a respeito deste tema.

E por fim deixo meu relato de ser mãe solo decorrente de viuvez. Tornei-me viúva decorrente de um infarto fulminante do meu marido, ficando sozinha com uma criança de um ano e dez meses. Minha vivência é muito diferente das mulheres foco dessa pesquisa, pois mesmo com as dificuldades de educar e criar meu filho, não tenho a frustração que muitas mães relataram de quererem a presença do pai na educação da criança e este está ausente.

No primeiro ano após a viuvez minha mãe foi morar comigo para me auxiliar, pois morava no litoral e não contava com ninguém da família para auxiliar, ela foi fundamental nesse período para poder trabalhar, manter minha profissão e ser chefe da casa. Após um período de dez meses consegui remoção para a cidade da minha família, moro até hoje, conto atualmente com avó e tia paterna e esporadicamente com minha mãe, reconheço que possuo uma rede de apoio maravilhosa, a qual sou extremamente grata pois sem esse auxílio não conseguiria desenvolver-me profissionalmente nem tampouco escrever essa dissertação. Nesse momento em que escrevo, meu filho foi dar um passeio com a tia dele.

No entanto, entendo e compartilho do sentimento de muitas mães que não podem contar com o pai da criança, das decisões e escolhas tomadas se são as melhores, não ter com quem dividir a responsabilidade e as preocupações de suas atitudes é muitas vezes assustador. As vezes me acho a pior mãe do mundo, mas quando vejo sendo gentil com as pessoas, tendo falas condenando alguma injustiça me encho de orgulho. Eu acredito que criar uma criança sozinha é um desafio, no entanto, vejo tantas mulheres realizando essa função com maestria e são nessas mulheres que me inspiram. Tenho um lugar de fala privilegiado, sei que existem várias donas Marias criando seus filhos sozinhas, com salários miseráveis e educam seus filhos com dignidade, portanto, não temos o que temer em sermos mães solo. Somos mais fortes e batalhadoras do que imaginamos.

REFERÊNCIAS:

ABRAHÃO, Ingrith. A família monoparental formada por mães sozinhas por opção através da utilização de técnicas de inseminação artificial no ordenamento jurídico brasileiro. Belo Horizonte, 2003. Acesso: 07/08/2020 Disponível em:

<https://pesquisandojuridicamente.files.wordpress.com/2010/09/a-familia-parental-formada-por-maes-sozinhas.pdf>

ARPENBRASIL – Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais. **GAZ – Maternidade solo: a importância de ter uma rede de apoio.** 30 nov. 2021. Acesso em: 13/12/21. Disponível em: <https://arpenbrasil.org.br/gaz-maternidade-solo-a-importancia-de-ter-uma-rede-de-apoio/>

ARRAIS, Rebeca H; GOMES, Isabel C; CAMPOS, Elisa, M. P. **A monoparentalidade por opção e seus aspectos psicossociais: Estudo de revisão interativa.** São Paulo, 2019. Acesso em: 08/08/2021 Disponível em:

[file:///C:/Users/prisc/Downloads/ARTIGO%20A%20monoparentalidade%20por%20opcao%20e%20seus%20aspectos%20psicossociais%20estudo%20de%20revisao%20integrativa%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/prisc/Downloads/ARTIGO%20A%20monoparentalidade%20por%20opcao%20e%20seus%20aspectos%20psicossociais%20estudo%20de%20revisao%20integrativa%20(1).pdf)

BABIUK, Graciele Alves. **Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social.** Florianópolis, 2015. Acesso: 20/12/2021 Disponível em:

https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_269.pdf

BANDITHER, Elisabeth. **Um amor conquistado.** Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BORGES, Lize. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, n. 1, maio 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Küher, 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015.

BRASIL. **Código Civil**. Brasília: Senado Federal, BRASIL, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade Mecum. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Legislação brasileira)

Brasil. **Resolução nº 175**. Conselho Nacional de Justiça. Brasil, 2013. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf Acessado em: 10/10/2021

CARRASCO, Daniela. Vivemos uma epidemia social de abandono paterno, diz promotor. **Universas Uol**. 10/04/2018. Acesso 25/05/2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/04/10/vivemos-uma-epidemia-social-de-abandono-paterno-diz-promotor.htm>

COSTA; Florença, A.O., MARRA; Marlene, M. **Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção**. Revista Brasileira de Psicodrama, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/prisc/Downloads/Artigo%20Familias%20brasileiras%20chefiadas%20por%20mulheres%20pobres%20e%20monoparentalidade%20feminina%20risco%20e%20protecao.pdf>. Acesso: 10/08/2021

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPIN, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, n. 43-44, p.37-49, jan./ago. 2014.
DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias** [livro eletrônico]. 4ª ed. São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DEL-PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. Preparação e revisão: SÁ, M. ALESSANDRA. 2ª Revisão. Ed. Planeta, 2013. Acesso: 02/09/2020. Disponível em: https://www.academia.edu/11629692/Conversas_de_Mulheres_Mary_del_priory?email_work_card=view-paper

DICIONÁRIO online de Português. Acesso: 03/09/2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. 4º ed. Rio Grande do Sul: Artmed 2005.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GOMES, Magno Rogério; SOUZA, Solange de Cássia Inforzato. Desigualdades Salariais de Gênero no Primeiro Emprego, Reemprego e Remanescentes nos Setores Econômicos: Evidências para o Sul do Brasil. **Revista Análise Econômica**, v. 36, n. 71, 2018. Acesso: 05/05/2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/69097/50827>

GOULART Jr, E.G; FEIJÓ, M.R.; CUNHA, E.V; CORREA, B.J; GOUVEIA, P. A. E.S Exigências Familiares e do Trabalho: Um equilíbrio Necessário para a Saúde de Trabalhadores e Organizações. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 110-122, 2013. Acesso: 05/05/2021.

Disponível em: <http://www.ppged.ufv.br/wp-content/uploads/2019/07/Texto.Am%C3%A9lia-Carla.pdf>

GRISCI, Carmem Mulher – mãe. **Psicol.cienc. prof.** [online], v. 15, n.1-3,1995. Acesso: 10/11/2020 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100003

GUIMARÃES, Maria da G. V. **Vida familiar e profissional: desafios e perspectivas.** Manaus: EDUA, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Acesso em 12/01/2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>.

LEÃO, F; PORTA, D; PAULI, C; ANTONIAZZI, M; SIQUEIRA, A. Reflexões teóricas sobre maternidade e adoção no contexto da monoparentalidade feminina. **Pensando famílias.** [online], vol. 21, n 2, p. 45-59, 2017. Acesso: 22/12/2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n2/v21n2a05.pdf>

LEITE, Eduardo.O. **Fatores determinantes da monoparentalidade. Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal.** São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 32-72, 1997.

LISAUKAS, Rita. **Ser mãe é padecer na internet. Trabalhar como se não tivesse filhos, ser mãe como se não trabalhasse fora.** Acesso: 20/01/2021 Disponível em: 20/01/2021. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/ser-mae/trabalhar-como-se-nao-tivessefilhos-ser-mae-como-se-nao-trabalhasse-fora/>

MARCHI- COSTA, Maria Ivone; MACEDO Rosa Maria Stefanini. **Homo Parentalidade e Gênero Vivência cotidiana e relações familiares.** Editora CRV, Curitiba, 2020.

MARIN, A.; PICCININI, C. A. **Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura.** Psico, v. 40, n. 4, 2010. Acesso: 06/08/2020 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2683/4927>

MARIN, Angela.; DONELLI, Tagma; LOPES, Rita; PICCININI, Cesar. Expectativas e sentimentos de mães solteiras sobre a experiência do parto. **Aletheia** [online], n. 29, 2009. Acesso: 09/11/2020 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000100006

MARQUES, Gleyce. **O abandono paterno e a culpabilização da mulher.** Comitê de Políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres na UFPB, 2020. Acesso em: 20/05/2021. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/comu/contents/noticias/o-abandono-paterno-e-a-culpabilizacao-da-mulher>

NÚNCIO, MARIA José; BALIANA, Livia Karla. **Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratório.** 2013, Lisboa, Portugal. Acesso 22/12/2021. Disponível em: <https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2020/01/Monoparentalidade-feminina-e-os-seus-desafios.pdf>

PASSOS, Maria Consuelo. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: CARNEIRO, F. T. (Org.). **Família e casal: efeito da contemporaneidade**. Rio de Janeiro. PUC- RIO, 2009. Acesso em: 01/09/2020 Disponível em: https://www.academia.edu/36304930/FAM%C3%8DLIA_E_CASAL_efeitos_da_contemporaneidade?email_work_card=view-paper

PRIORE, Mary Del. **Histórias e conversas de mulher**. Preparação e revisão: SÁ, M. ALESSANDRA. 2ª Revisão. Ed. Planeta, 2013. Acesso: 02/09/2020. Disponível em: https://www.academia.edu/11629692/Conversas_de_Mulheres_Mary_del_priory?email_work_card=view-paper

SIMÕES, Fátima; HASHIMOTO, Francisco. **Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares no século XX**. Revista Vozes dos Vales: UFVJM N°. 02 – Ano I – 10/2012. Acesso em: 30/05/2021. Disponível em: http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Mulher-mercado-de-trabalho-e-as-configura%C3%A7%C3%B5es-familiares-do-s%C3%A9culo-XX_fatima.pdf

VERZA, Fabiana; KATH Marli; STREY, Marlene Neves. Mãe, Mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 1, p. 46-60, jun. 2015.